

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**Os trabalhadores da Praça XV de Novembro nas
disputas pela cidade. Prata-MG.**

hist local / trabalhadores

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa
História - CPH
Campus São João - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº
Tel. 38400.002 Uberlândia - M. G. - Brasil

3693

JONATAN DE JESUS OLIVEIRA ALVES

JONATAN DE JESUS OLIVEIRA ALVES

**Os trabalhadores da Praça XV de Novembro nas
disputas pela cidade. Prata-MG.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em História, do Instituto
de História da Universidade Federal
de Uberlândia, como exigência parcial
para a obtenção de títulos de Bacharel
e Licenciado em História, sob a
orientação da Profª. Dra. Célia Rocha
Calvo.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDH
Campus São Moisés - Bloco 1Q (Antigo Minas)
Av. Universitária S/Nº
Cepo 38400-902 - Uberlândia - M. G. Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

JULHO DE 2008

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. CÉLIA ROCHA CALVO
(orientadora)

Prof. Dr. SÉRGIO PAULO MORAIS

Profª. Ms. SHEILLE SOARES FREITAS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para minha mãe, Selma Santos Oliveira, pela presença em minha vida, pelo carinho e o exemplo de dignidade e perseverança.

Aos meus avós e tios maternos, que foram os grandes responsáveis por moldar meu caráter e educação e que sempre serviram de incentivo para que eu pudesse continuar minha caminhada.

Aos entrevistados que muito me esclareceram, e cederam-me de bom grado suas narrativas.

Aos meus amigos, que sempre foram meus companheiros mesmo nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar minha gratidão a todas as pessoas que colaboraram pela construção deste projeto. Nomear a todos é uma impossibilidade, àqueles que não se acharem aqui incluídos peço perdão e estendo meus agradecimentos.

Agradeço a Deus, por ter me dado força para superar as dificuldades, e conceder paciência nos momentos de ansiedade.

A todos os estudantes que trafegam no ônibus que liga Prata a Uberlândia, companheiros incansáveis, que apesar da dura jornada diária, nunca desistiram de seus propósitos.

À Professora Dra. Célia Rocha Calvo por ter aceito orientar-me, pela seriedade de seu trabalho e companheirismo ao longo desses anos, por ter pensado comigo e auxiliado em meu processo de pesquisa. Agradeço as palavras de conforto e sua orientação cuidadosa e por ser um norte nos momentos de desânimo; nunca poderei demonstrar tamanha gratidão.

Aos servidores e professores do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, pelo seu trabalho em prol da educação.

Aos amigos da faculdade, em especial ao amigo Vinício, companheiro de viagem e de graduação.

Aos amigos de orientação: Aline, Ayra, Rênia e Norton, desejo que tenham sorte em seus propósitos.

Aos meus pais, Selma e José, e minha irmã, Juliana, pelo amor e companheirismo prestado ao longo dos anos.

Aos amigos da cidade do Prata: Bruno, Caio, Daniel, Diego, Diogo, Eurivaldo, Fábio, Fausto, Gerson, Josiane, João Donizeth, Kárita, Matheus B, Maria Beatriz, pelo privilégio de pertencerem a minha vida.

Agradeço, antecipadamente, a presença da Prof^a. Ms. Sheille Soares Freitas, e do Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais, integrantes da banca de defesa, espero que seus apontamentos sejam de enorme importância para meu crescimento intelectual.

Peço perdão a todos aqueles amigos e familiares pela ausência durante a construção desse trabalho. Agradeço o carinho que recebi nos momentos de que mais precisei.

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de discutir as disputas dos trabalhadores pela memória na cidade do Prata, tendo como foco as tensões existentes no projeto da Prefeitura Municipal de Prata de reformulação da Praça XV de Novembro que aflorou-se a partir do ano de 2007.

Reflico inicialmente sobre o projeto de cidade inserido na reforma da Praça XV de Novembro, problematizando o lugar dos trabalhadores e os desejos do poder público de forjar uma memória da cidade baseada em suas intervenções neste espaço. Realizei esse estudo através de um “olhar” lançado aos trabalhadores e seus viveres no lugar. Tomei as narrativas daqueles que estavam envolvidos nesse processo conflituoso, para captar as versões da memória em disputa.

Num segundo momento, analisei as diferentes memórias dos trabalhadores da cidade do Prata sobre a Praça XV de Novembro, não buscando um saudosismo, mas, evidenciando como se constituem as relações de pertença com a cidade. Visando pensar a cidade em sua diversidade, e como categoria de práticas sociais.

Palavras-Chave: Memória, Cidade, Trabalhadores.

SUMÁRIO

Considerações iniciais	09
Capítulo I	
Projeto de diferentes cidades em uma Praça.....	17
Capítulo II	
Memória da cidade em uma Praça.....	38
Considerações finais	54
Fontes Orais.....	56
Referências Bibliográficas	58

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A construção do presente trabalho tem o intuito de abordar os diferentes olhares e tensões existentes na cidade do Prata-MG sobre a Praça XV de Novembro; as possibilidades de elaborar reflexões sobre este local são muitas. As inquietações que no início eram tacanhas pluralizaram-se e se firmaram no anseio de pensar o universo de lutas e enfrentamentos travados pelos trabalhadores que vivem do labor neste lugar, e o projeto de uma cidade modernizada, que se reflete na reformulação deste espaço público.

A Praça XV de Novembro encontra-se no local, que constitui-se, na visão dos moradores, como “centro da cidade”, geograficamente não se apresenta como tal, mas tornou-se o centro de convergência de transações na cidade ao longo dos anos. Nesse espaço pode-se observar a diversidade da vida urbana nas relações dos frequentadores.

Os questionamentos começaram a se aflorar nas relações travadas na Praça, a partir da observância de um projeto da Prefeitura Municipal de Prata, que se propagou por volta do mês de setembro de 2007, que trazia como mote a reforma da Praça XV de Novembro.

Informalmente conversei com alguns trabalhadores, que narraram que já se encontravam intimados judicialmente a se retirarem da praça. O poder público não aceitava a permanência das estruturas metálicas (*trailers*) nas quais os trabalhadores estabeleceram pontos comerciais. O projeto que parecia pacato e homogêneo em primeira instância, começou a mostrar-se como algo conflituoso.

Os desejos da Prefeitura Municipal já estavam anunciados para aqueles que vivem do trabalho na praça, e suas reivindicações pelo direito à cidade se faziam ouvir em suas narrativas, porém essas tensões passaram a explicitarem-se a partir do momento que se tornaram para mim inquietações pessoais, as questões existiam na Praça, mas, somente um olhar armado sobre o lugar pôde trazer a reflexão sobre essa disputa pela cidade.

A inquietude instigou-me a ir até a Prefeitura Municipal e procurar o setor responsável pelos projetos. Recebido algumas vezes, pude ter com alguns funcionários diálogos, porém minhas reivindicações em obter o projeto sempre foram postergadas por motivos de “ordem maior”, (assim justificado pelos funcionários), e, mesmo quando solicitado pela assessoria direta do prefeito o projeto, não mo cederam; o que não serviu

de obstáculo, aguçando-me ainda mais a reflexão sobre os diferentes projetos em disputa na cidade.

Mesmo após explicações sobre meu intuito de estar ali, penso que acabei por ser percebido pelos funcionários responsáveis pela obra como aquele que buscaria, de alguma forma, fazer uma crítica prejudicial ao projeto, ou poderia publicizar os futuros feitos do poder público, antes do momento desejado. Creio que as perguntas nos diálogos, que traziam à tona a situação dos trabalhadores nesse processo, acabaram por acarretar um certo receio por parte dos funcionários públicos, mostrando que a problemática pulsa no lugar.

Pensar a cidade do Prata historicamente não significou olhar para o passado como algo dado e fazer uma reflexão chorosa e saudosista. Na construção desse trabalho tive consciência de minha responsabilidade, enquanto historiador e cidadão, de elaborar um novo olhar engajado sobre a cidade onde vivo ligada ao tempo presente. Assim leituras foram importantes, para problematizar alguns conceitos e também trabalhar as fontes; todavia com o amadurecimento de não tomar estas leituras como modelos prontos a serem seguidos.

A historiadora Déa Fenelon nos chama a atenção para a construção de uma história crítica do presente, aproximando cada vez mais a nossa produção de um público não acadêmico e podendo auxiliar até mesmo nas práticas sociais.

Se ao contrário, considerarmos que a História faz sentido como fonte de inspiração e de compreensão, não apenas porque pode fornecer os meios de inter-relação com o passado, mas também porque nos permite elaborar o ponto de vista crítico através do qual se pode ver o presente [...] ¹

Segundo a autora, tem-se que elaborar um pensar crítico a partir do presente, buscando deixar de lado uma história sacralizada, que nega as contestações das minorias, que são tidas como perturbadoras da ordem. Esta história engessada trabalha com ícones, figuras heróicas, que estão marcadas por terem realizado os “grandes feitos históricos”, mas a História Social segundo Déa Fenelon trabalha em outra perspectiva:

¹ FENELON, *O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo*, 1992. p. 9.

[...] a História Social coloca ênfase em outros sujeitos, que não são reis, políticos ou parlamentares, como capazes de fazer a História, sem transforma-los outra vez em novos vilões e novos heróis. Mais preocupada com processos coletivos, com grupos voltados para o interesse geral, consegue trabalhar a democratização da História [...]²

O presente trabalho comunga da perspectiva ligada ao campo da História social, que apresenta uma abordagem ampla, mas sem cair em generalizações. Tendo em mente que não existe um modelo a ser seguido sem exceções, “nenhuma teoria pode ser pensada como capaz de dispensar a investigação empírica sobre a realidade, ou correremos o risco de construir castelos de areia [...]”³

Partir de um projeto de reformulação na Praça XV de Novembro, para refletir a disputa dos trabalhadores pelo direito à cidade, examinando a experiência social dos trabalhadores no lugar e seus viveres, onde pude problematizar o processo de imposição de uma memória homogênea pelo poder público através de seus projetos de cidade. Compartilhando deste olhar, Maria Célia Paoli diz que “[...] aí que se encontra um dos maiores desafios, fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica”⁴. Segundo a autora, não devemos nos ligar ao antigo puramente, pois nos dá um sentimento de “perda” nostálgica e para, além disso, torna impossível de mostrar o passado como “experiência coletiva de elaboração de cultura”⁵.

Sendo assim, então, é necessário pensar a cidade, enquanto espaço de expressão da cidadania, que permite a produção democrática de um patrimônio histórico; trabalhar de forma a evitar as generalizações da cidadania para que se veja vir à tona os conflitos e as tensões, dando um direito ao passado __ às versões já construídas.⁶

Aguçando o olhar na construção do texto, percebi a Praça XV de Novembro como lugar simbólico de referência dos trabalhadores com a cidade, e o entrincheirar de suas relações, no formular viveres, e regras de convívio. Ao contrário do que comumente se pensa, essas relações não se dão no campo de uma igualdade ou de uma passividade, a

² FENELON, *O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo*. 1992. p.14.

³ FENELON, *O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo*. 1992. p.16.

⁴ PAOLI, *Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado*, 1992 p. 27.

⁵ *Idem*.

⁶ *Idem, ibidem*. p. 27.

praça é o espaço de tensões, lugar onde podemos observar as diferenças e as disputas pelo direito de pertencer à cidade.

Temos então, uma disputa por memórias, como dimensão básica da conquista por cidadania, a memória instituída ligada às relações de poder e à memória dos trabalhadores, que acaba sendo negligenciada para dar lugar à memória ligada às instituições de poder, pois, segundo Marcos Silva:

A memória dominante, para se afirmar, precisa sufocar e submeter memórias autônomas, provando que sua existência se dá num espaço de lutas, configurando poderes menos visíveis e muito eficazes na construção de identidades sociais.⁷

As disputas por memórias se dão num campo de forças para se instituir qual será a versão dominante, mesmo que às vezes, não de maneira perceptível, essas lutas travadas demonstram a existência de tensões que podem evidenciar os grupos dominados, e sua tentativa de preservação de suas identidades; mostrando que estes grupos também podem fazer parte da análise histórica e tem muito o que contribuir para a interpretação da mesma.

O trabalho com fontes orais tornou-se parte integrante dessa pesquisa a partir do momento em que busquei a problemática da cidade naqueles que são parte integrante dela, através de seus viveres.

Para melhor perceber o posicionamento dos entrevistados, procurei conversar e conhecer sobre a vida de cada um para captar quais são os anseios destes trabalhadores que tanto contribuíram para o processo de investigação. Através das entrevistas, relacionei-me com diversas pessoas e pude saber de diferentes viveres na cidade e apreender para muito além dos objetivos propostos pela pesquisa.

As disputas pela cidade evidenciaram-se nas tensões entre os trabalhadores, que fortalecem em seu discurso seu direito de estar ali, e a prefeitura que alega a necessidade de reformar, mudar, reconfigurar a praça e erguer no local um novo modelo mais pragmático.

A pesquisa superando a coleta de informações tornou-se uma teia de relações. O entrevistar se fez prazeroso, procurei não apontar o gravador como uma arma, mas conversar com os entrevistados de forma a fazer com que eles esquecessem que estavam sendo gravados e travassem um diálogo mais informal, sem preocupações exageradas para

⁷ SILVA, *História: o prazer em ensino e pesquisa*, 1995. p. 67.

compor sua fala por se acharem pouco qualificados. Enquanto historiador, creio que seja essencial desarmarmos a barreira que, em primeira instância, constitui-se entre o pesquisador e o entrevistado, para que se retire a idéia daquele enquanto detentor de todos os conhecimentos formais.

Para a produção de depoimentos, não me utilizei de questionário elaborado previamente, nem da explicitação da problemática de maneira imediata, apenas pedia para que os entrevistados narrassem as suas trajetórias de vida, e as questões iam surgindo aos poucos, como: “onde nasceu?”; “Quanto tempo mora na cidade?”; “Gosta de viver aqui?”; “Quais são suas relações com a Praça XV de Novembro?”; Questionamentos que se aparentavam solucionados outrora através dos depoimentos constituíam-se, novamente em problema.

Na produção do referido trabalho, embora não tenha sido possível utilizar todas as narrativas coletadas, sempre deixei claro aos trabalhadores que seus depoimentos seriam considerados. Os relatos foram gravados em pequenas fitas K7, alguns foram transcritos e outros foram guardados em um arquivo pessoal, caso se faça necessário nova utilização.

Agreguei como fontes desta reflexão os relatos dos trabalhadores da Praça XV de Novembro e também de outras pessoas que, de alguma forma, tenham uma ligação com a praça, não adotei um critério para escolha de todos os entrevistados. Apesar de apresentarem um número maior de mulheres entrevistadas, isso não ocorreu de forma voluntária. Cuidei, enquanto pesquisador, de agir de maneira ética, de forma a problematizar a fontes sem macular a imagem dos entrevistados.

Em alguns casos não pude gravar os relatos, devido ao medo das pessoas com relação a um possível dano causado por ter sua narrativa registrada; sempre fui muito compreensivo, deixando claras minhas intenções, e apesar de não terem sido firmados em gravação, esses depoimentos de certa forma também me ajudaram na construção desse trabalho.

As entrevistas eram realizadas em lugares variados __ em casa, no trabalho. Pude perceber que o ambiente influencia muito nos depoimentos, o narrador tem que se sentir a vontade e motivado a falar. Muitas vezes creio que fui demasiadamente ansioso para a realização das entrevistas, encarregando-me de marcar data e lugar, quando não as realizava

no momento. Porém, o amadurecimento com fontes orais, levou-me a perceber que no ambiente doméstico, fora dos horários de trabalho, é onde eles mais se sentem à vontade.

Compus esta reflexão com cerca de oito depoimentos⁸, que foram gravados durante o ano de 2007, porém, o número de entrevistas realizadas foi maior, mas por se tratar de um trabalho monográfico não pude abordar todas; problematizei aquelas que tinham uma relação mais estreita com a temática.

Esteve sempre presente, na reflexão das fontes deste trabalho, a clareza de que não podemos colocar a história oral como uma verdade, assim como nenhum outro tipo de fonte, ela deve ser problematizada e trabalhada para construção do debate historiográfico, que leva ao posicionamento de vários indivíduos perante a sociedade, coaduna com essa visão o crítico literário italiano Alessando Portelli:

Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encarmos a memória não apenas como preservação de informação, mas também como sinal de luto e como processo em andamento. Encarmos a memória como uma fato da história, memória não apenas como um lugar onde se “recorda” a história, mas memória “como” história.⁹

Os relatos mostram as vozes dos trabalhadores que não estão inseridas no projeto oficial. As fontes orais possibilitam trabalhar com a memória deles, buscando compreender o processo no qual estão inseridos e quais são seus posicionamentos perante as tensões existentes. Devemos pensar que os depoimentos orais são processos e não textos prontos e acabados.

Portelli nos diz que: “A História oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim, um campo de possibilidades compartilhadas reais ou imaginárias”.¹⁰ Estas diferenças servem para nos lembrar que a sociedade não pensa em comum; os indivíduos são diferentes dotados de experiências diversas.

⁸ Ao final do presente trabalho, junto à relação de fontes, apresento os trabalhadores entrevistados, com algumas informações sobre suas vidas.

⁹ PORTELLI, *Memória e Diálogo*: Desafios da história oral para a ideologia do século XXI. 1997 p. 69.

¹⁰ idem p.72

Tomei o cuidado de não anular o discurso dos trabalhadores e não utilizá-los como um objeto estático passível apenas de minha análise, mas sim, possibilitei que, os depoentes interpretassem o seu discurso. Creio que no processo de elaboração de reflexões não podemos nos colocar como os únicos capazes de produzir conhecimento.

Através dos depoimentos colhidos, procurei mostrar a versão do outro dos fatos, ouvindo àqueles que muitas vezes não têm a oportunidade e, até mesmo, a liberdade de se expressar, procurarei não tolher o grito daqueles que já há muito têm seu discurso abafado pela versão oficialista dos fatos.

Para melhor organizar a pesquisa e facilitar seu desenvolvimento, a monografia está dividida em dois capítulos. No primeiro, abordo o **projeto de diferentes cidades em uma praça**, trazendo ao debate o projeto de reforma da Praça XV de Novembro. Tomo em consideração não uma reforma física do local, mas uma reformulação da idéia de Praça, refletida em um ideário de cidade modernizada.

O diálogo com as entrevistas neste capítulo serviu para explicitar as disputas pela cidade inseridas nesse projeto reformulador, e o lugar dos trabalhadores, que se mostra nas narrativas. Trouxe com as entrevistas o queixume dos trabalhadores, em suas reivindicações na luta de terem seu espaço na cidade garantido.

O capítulo II foi estruturado no intuito de analisar **as memórias da cidade em uma praça**, no qual discuto sobre as relações dos trabalhadores do Prata na Praça XV de Novembro, e a elaboração do sentimento de pertença com o lugar.

Ratifico que procuro compreender a trajetória dos trabalhadores que constituem esse espaço e suas disputas para terem a sua versão da história reconhecida. Neste capítulo, não me restringi em apenas conversar com trabalhadores na praça, mas em buscar as memórias de diversos trabalhadores sobre a cidade em uma praça.

Não poderia findar essa introdução sem explicitar meu vínculo com a problemática estudada durante minha trajetória de vida. Mesmo antes de ingressar na Universidade Federal de Uberlândia, o universo da Praça XV de Novembro era presente em meu cotidiano. Várias foram as noites que ao redor dos amigos ali estive a conversar, a ouvir música, até que se fizesse dia. Às vezes sentado no Caiçara Bar, outrora sob os pontos de táxi. Esse lugar também se tornou meu referencial com a cidade.

O ingresso na Universidade Federal de Uberlândia, na graduação em História, me levou a pensar as relações na Praça de um outro modo. A problemática por mim tratada aproximou-me ainda mais desse espaço, aflorando-me o pensamento sobre o que é viver este lugar.

Abordar esse tema na perspectiva ligada ao campo da História Social, contribuiu não só para abrir um leque de possibilidades de reflexão, mas, também, para minha formação enquanto cidadão; pensar a cidade tornou-se, não além de uma problemática acadêmica, uma problemática para a vida.

Capítulo I

O projeto de diferentes cidades em uma praça

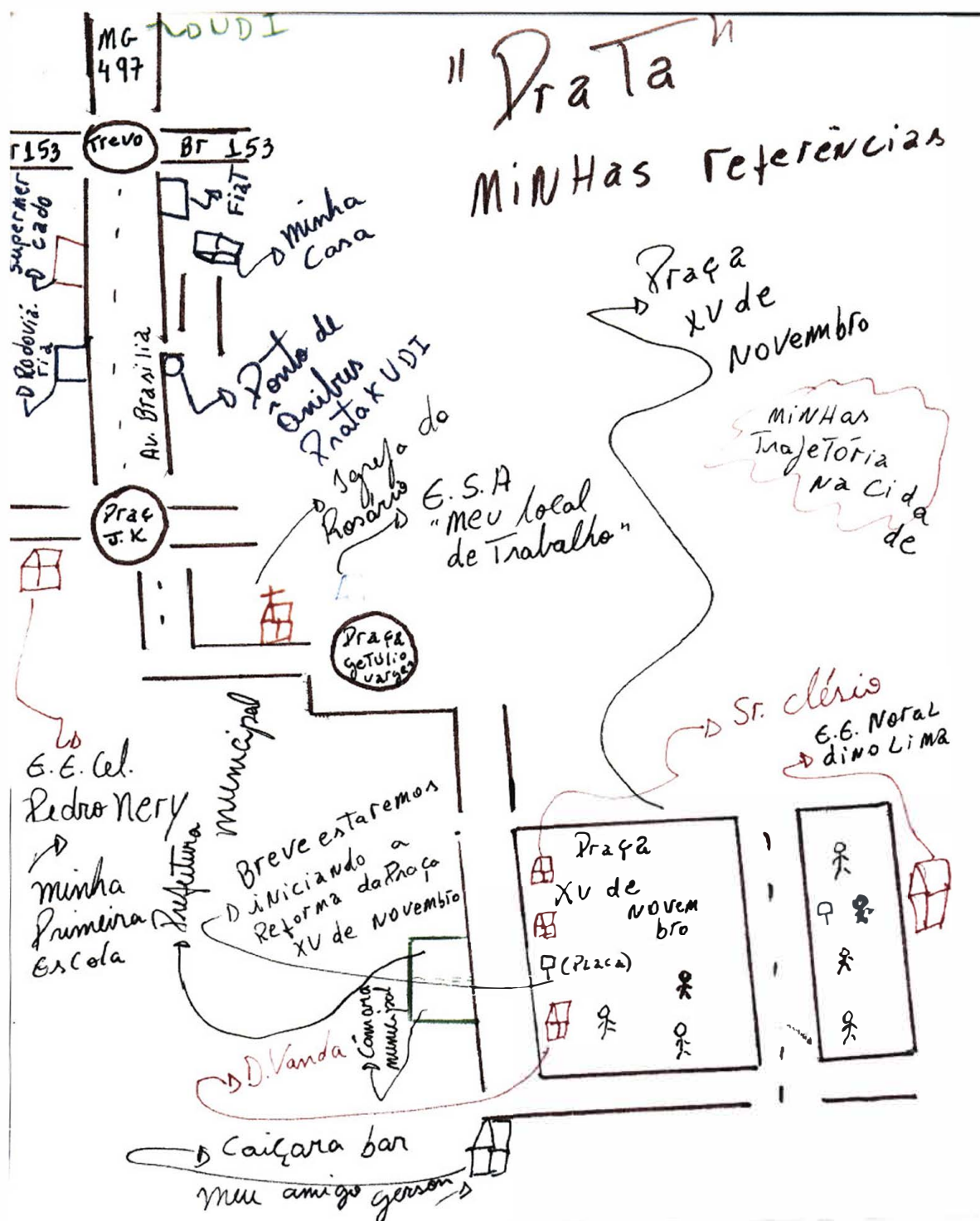
A construção de um horizonte historiográfico se apóia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que se repouse no conhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania, e resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder em contestação ao triunfalismo. (Maria Célia Paoli, Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado, 1992)

¹¹

As reflexões postuladas neste primeiro capítulo se iniciaram por volta do mês de setembro de 2007. Nesta mesma época, surgia a idéia de reforma da Praça XV de Novembro, assinalada por marcos interventores no centro da cidade (placas), que publicizaram as futuras ações da Prefeitura Municipal de Prata naquele lugar. Desse modo, as reflexões que se seguem, possuem o intuito discutir as disputas de diferentes projetos de cidade em uma praça, e, investigar a constituição de memórias diversas no lugar.

Moro na cidade do Prata, e, para aqueles que se encontram em outros lugares, talvez, a paisagem sobre a qual tomarei como referência, pareça estranha. Para uma melhor ambiência da discussão desenhei um mapa da cidade a partir de meus viveres neste espaço, trazendo à tona os meus referentes espaciais com o lugar, conduzindo o leitor a enxergar como se constituem os caminhos neste espaço urbano a partir de meu olhar, tornando a paisagem na qual circulo diariamente parte integrante de minhas discussões sobre a cidade.

¹¹ Esse fragmento foi utilizado como nota de abertura deste capítulo pela identificação existente entre o mesmo e as reflexões que abordo neste capítulo.



¹² Mapa da cidade do Prata, feito pelo autor no mês de Junho de 2008.

Parto da cidade de Uberlândia que tomo como ponto de referência por motivo da localização da Universidade Federal de Uberlândia, na qual curso licenciatura e bacharelado em História, desde o primeiro semestre de 2004, e, principalmente pelo fato de a faculdade ter se tornado meu ponto de identificação com a cidade, já que conhecia pouco Uberlândia antes de iniciar minha vida universitária.

Saindo de Uberlândia então, atravessamos no interior da cidade, vidas repletas de memórias e de várias histórias. Os trilhos devem ser deslocados em sentido à MG 497, onde conduzidos através de paisagens de morros, carros e asfalto, constituem-se diferentes viveres direcionados num constante fluxo de opostos, no qual o destino, supõe-se pelo fleche de um olhar atento em direção à placa do veículo que se cruza.

A paisagem da MG 497 se compõe às margens por fazendas de cana-de-açúcar, soja, eucalipto, pinheiros e gado. Os 72 km que compõem o trajeto, logo desembocam na maior malha rodoviária, que liga o Brasil, do Pará ao Rio Grande do Sul, a BR 153,¹³ é um marco para a cidade do Prata, localizada em uma região central do Triângulo Mineiro, com 23.424 habitantes¹⁴. É em um caminho para diferentes lugares, em que findamos nosso trajeto.

Fazendo os devidos contornos, e adentrando-se à cidade, deve-se ter na bagagem o olhar armado para pensarmos este espaço em suas tensões.

A Avenida Brasília será o marco inicial para aqueles que adotarem nosso trajeto. A disposição dos nomes dos lugares da cidade são construídos de acordo com seu tempo histórico de fundação, baseados em uma história monumentalista que privilegia os grandes marcos políticos do Brasil. Temos assim, através de uma cronologia dos territórios mais antigos aos recém urbanizados, respectivamente: Avenida Brasília, que desemboca na Praça Juscelino Kubstichek, e avançando à região central da cidade teremos a Praça Getúlio Vargas, que seguindo seu contorno chegaremos à Praça XV de Novembro¹⁵. Nessa última, seremos convidados a desembarcar e a observar as diferentes visões de cidade.

O primeiro foco para quem chega à Praça são dois trailers utilizados, respectivamente, como moto táxi e lanchonete, e logo após estes estabelecimentos comerciais, um marco interventor do poder público na cidade, colocado a poucos metros ao lado esquerdo daqueles

¹³ Disponível em < [www.http://pt.wikipedia.org/wiki/prata](http://pt.wikipedia.org/wiki/prata) > Acesso em: 28 out 2007.

¹⁴ Disponível em < [www.http://pt.wikipedia.org/wiki/prata](http://pt.wikipedia.org/wiki/prata) > Acesso em: 28 out 2007.

¹⁵ Este nome foi escolhido, durante o primeiro mandato do ex-prefeito, Mario Nery, de 1967 a 1971, por ter sido o Prata elevado à condição de cidade pela lei n 2.2.002, 15 de novembro de 1873. MIRANDA, *Povoadores do Sertão do Rio da Prata*, 1996, p. 155.

que chegam pela Rua Joaquim Fernandes, fincado em frente à Prefeitura e à Câmara Municipal, apresentando os seguintes dizeres:



No interior da Praça, podemos encontrar outra placa com os mesmos dizeres uma no local já citado e outra do lado oposto da praça, em frente à Rua Major Carvalho. Através de um olhar político, podemos dizer que as placas demarcam a existência de um projeto de cidade refletido na praça. Para além desses dois marcos, temos outras placas que sinalizam a intervenção dos projetos de cidade levados à frente pela Prefeitura, que estão espalhadas pela cidade, como, por exemplo, no Clube Prata Tênis, na Praça da Rodoviária anunciando a idéia de que há um projeto de cidade “modernizada” baseada nas intervenções do poder público municipal.

As placas são interpretadas de acordo com os usos que cada um tem do lugar. O significado dos desejos da Prefeitura Municipal para a cidade e os próprios anseios dos sujeitos são variáveis de acordo com os viveres e relações travadas na Praça; pensando-se assim, não existe uma única interpretação do projeto da prefeitura, versões surgem nesse processo conflituoso de constituição da memória do lugar, gerando disputas a fim de se firmar uma versão hegemônica dos acontecimentos.

¹⁶ Foto tirada no mês de dezembro de 2007 pelo autor.

Essas placas, são colocadas como marcos interventores na cidade, a partir do momento em que são capazes de demonstrar a todos que ali passam, a ação da Prefeitura Municipal em seus projetos de cidade. O fincar as placas não significa apenas anunciar algo, trata-se de um ato de interferir, publica-se uma ação a ser feita no lugar, tencionando as relações nesse espaço da cidade. Partindo desse olhar, alguns questionamentos se tornam pertinentes: “a quem são destinados esses marcos de intervenção, que trazem um tom de brevidade e necessidade de mudança?”; “Seria a todos que passam pela Praça XV de Novembro?”; “O ‘breve’ inserido nos dizeres do marco interventor seria um provocativo?”; “a quem, ou a quais?”

Publiciza-se à população que o poder público irá agir em breve, mas esse tempo permanece indefinido a qualquer momento pode ser. A vacância do tempo tenta demonstrar uma administração ativa, que está em constante movimento em busca de um ideal de cidade.

Essa instabilidade da ação, que se constitui nos dizeres das placas, acaba por gerar um sentimento de distanciamento entre as decisões das instituições de poder e aqueles que freqüentam ou trabalham na praça. Existe uma dúvida constante, por não se saber qual será o próximo passo, como agir, o que se esperar, quando, e o que vai mudar. A placa não se auto-explica, ela declara os objetivos do poder municipal, é um imenso holofote preso ao espaço da praça, que traz a imagem do poder interventor da prefeitura, que se impõe perante todos aqueles que passam, gerando um embate com os trabalhadores que se vêm em conflito com o referido projeto.

Assim, enquanto morador da cidade procurei saber mais sobre este projeto, buscando reivindicar junto ao órgão responsável, as raízes de tudo isso (Departamento de Obras da Prefeitura Municipal). Busquei ainda, dialogar com os moradores, a fim de entender qual o intuito da Prefeitura Municipal: “fazer a reforma, para quem?”; “Onde está o direito à memória dos trabalhadores?”.

A canalização dos esforços no intuito de dialogar com o projeto de reforma da Praça XV de Novembro, a ser realizada pela Prefeitura Municipal de Prata, não se direciona apenas à exposição de uma obra a ser executada pelo poder público. Procuro refletir sobre a praça como um espelho do poder dominante, e o desenrolar de seus projetos de cidade, observando que a memória pública tem como característica dar visibilidade a determinados personagens

e processos sociais, tentando abafar outros e jogá-los ao esquecimento, buscando tornar-se hegemônica.

A Praça é um lugar de memórias, que não estão postas, estão em constante conflito, e é a disputa dos trabalhadores por essa memória que deve ser observada na tentativa de firmamento de uma versão hegemônica pelas classes detentoras do poder.

As tensões na Praça XV de Novembro se mostram importantes a partir do momento em que observamos a inexistência de uma cultura popular única. Concebo a Praça como espaço que se constitui nas relações de diferentes agentes com o lugar, e quando digo memória dominante estou referenciando a parte das memórias em disputa na praça.

A reflexão sobre o projeto de cidade, tem como princípio, conceber a memória enquanto dimensão básica de cidadania, e trazer à tona os diferentes enredos elaborados a partir dos viveres na cidade¹⁷. Para isso, se faz necessário, afastar uma visão de cidadania homogênea, ou seja, que agrega a todos de modo igual, pensando a cidadania expressa nas ações de disputas e lutas por pertencer-se ao lugar, buscando reconhecimento com tal, afirma então Antônio Arantes:

[...] pertencer a uma comunidade política é algo que impõe a formulação de (e o comprometimento com) interesses definidos como universais no âmbito da nação. Entretanto, o reconhecimento que há de *modos* particulares de inserção e de participação nesse *todo* – (diferenças de classe social, raça, gênero, etnia) e que esses modos diferenciados são, entre si, irredutíveis ainda que mutáveis – traz à tona a tensão entre, por um lado, metas perseguidas pela coletividade política como um todo (o que, para ela, seriam valores e direitos universais) e, por outro, estilos, trajetórias, demandas de possibilidades que são particulares a cada um dos segmentos e categorias sociais que ela abrange.¹⁸

A praça pode ser pensada como reflexo do poder instituído, a partir do momento em que é pertencente ao espaço público, que teoricamente deve ser guardado pelas instituições governamentais, eleitas para garantir a manutenção destes espaços e do bem estar comum. Sendo assim, a reforma da praça não é apenas um projeto de reconstituição deste lugar. Poderíamos, então, pensar o projeto de reforma da praça como um projeto de cidade ?

¹⁷ PAOLI, *Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado*, 1992, p.27.

¹⁸ ARANTES, *A guerra dos lugares*, 1994, p. 135.

Esse projeto de cidade “modernizada” não pode ser colocado apenas como fruto da administração municipal do prefeito Luiz Roberto Santos Vilela¹⁹, não se trata de um projeto isolado ou fruto da dinâmica do agora, eles surgiram de maneira processual, outros projetos os antecederam.

Na cidade do Prata, enquanto morador tenho vislumbrando a intensa criação de projetos reformuladores, principalmente em estruturas físicas da cidade (reforma de hospitais, clubes, praças, pontes, prédios públicos), que funcionam como marcos memorialísticos do poder de alguns grupos sociais, ligados à administração municipal. Esses projetos foram constituídos com o intuito de postergar na memória local a imagem de uma administração eficiente, demonstrando certa preocupação com o bem estar da população. Esse processo se efetiva através da publicização dessas ações que se realiza, por exemplo, a partir dos marcos interventores na Praça XV de Novembro.

A atual gestão municipal agrega a seus projetos, a materialização do que as classes detentoras do poder desejam que seja a memória da cidade, dando continuidade a uma política intervencionista também efetivada em administrações anteriores, através da criação de monumentos, que buscam estabelecer uma memória oficial dos fatos, baseada no “triunfo” dessa classe. Esse triunfo se institucionaliza através de nomes em grandiosas placas, renomeação de lugares com o título de entes ligados aos interventores, e a divulgação dessas em jornais²⁰ locais custeados pelo poder público.

As propostas para a cidade são carregadas de uma perspectiva progressista. Desde o pleito eleitoral de 2003, a propaganda do Prefeito Luiz Roberto Santos Vilela traz como *slogans* “mudança Já!”, “saúde Já!”, “esporte Já!”, “educação Já!”, “honestidade Já!”²¹; dentre outros dizeres apresentados à população em comícios, planos de governos, jornais, carros de som, camisetas e *botons*, e outros meios de divulgação, apontando para uma suposta necessidade de mudanças abruptas na cidade, no sentido “progressista”, “modernizador”, “empreendedor”. Essa postura política denota uma suposta melhoria de vida da população, generalizando a cidadania dos moradores, como se estas transformações

¹⁹ Gestão 2004 -2008, filho de uma tradicional família de criadores de gado da cidade do Prata, eleito pela coligação “Honestidade e Trabalho” composta pelos partidos: PFL, PP, PSDC, PMN, PSDC e PDT.

²⁰ Os jornais que circulam no município do Prata são: “O Pratense” e “Jornal de Negócios”, que através de licitações se revezam enquanto órgãos de publicizadores (de propaganda) dos feitos do poder municipal.

²¹ Essa fonte foi retirada do plano de governo do prefeito Luiz Roberto Santos Vilela, que foi entregue para toda a cidade e que me foi fornecido no ano de 2008, com o ex-vereador e atual opositor do prefeito, Pio Novais.

beneficiassem a todos de um modo igual, ou agissem sobre todos com o mesmo peso. É este projeto de cidade que se insere na reforma da Praça XV de Novembro, no qual tomamos como reflexão.

Sendo assim, a cidade se materializa na praça também em sua diversidade, é nela que estão os monumentos das instituições de poder onde todos passam e vislumbram, mas é também neste espaço que estão os diferentes sujeitos em constante luta simbólica pelo direito à memória. Temos que pensar a praça como um lugar tenso, impregnado de diferenças a fim de solaparmos uma visão de História unilateral. Os diferentes projetos de cidade estão em conflito, nessa perspectiva, nos diz Déa Fenelon:

Precisamos, pois, penso eu, tirar a história dos esquemas em que se aprisionou para conseguir compreender como se formaram os mecanismos de dominação e de exploração e como se organizaram os homens para combatê-los. E isto significa se distanciar das explicações que se estabeleceram apenas em função dos avanços da tecnologia industrial, para compreender os avanços alcançados na satisfação das necessidades coletivas, aí a libertação de toda forma de opressão, recuperando caminhadas, programas fracassados, derrotas e utopias, porque nada nos garante que o que triunfou foi sempre o melhor ou que os projetos alternativos ou as lutas cotidianas ainda que perdedoras, não devem merecer também a nossa atenção de historiadores.²²

Foi vivendo mais de perto, que pude ver o quanto o ambiente da praça reflete a vida da cidade. Ali não estão apenas os principais Bancos ou centros de comércio, mas um emaranhado de vidas humanas que se cruzam nos mais diferentes movimentos, nos quais eu busquei me atentar e evidenciar os embates da vida urbana, os trabalhadores e todos os indivíduos que a todo momento passam mas ali não permanecem.

Os transeuntes, os vendedores ambulantes, os comerciantes, os mendigos e até mesmo os pássaros transitam de forma a tornar a praça uma orquestra mesmo que de maneira não sincrônica. Os passos que se perdem sobre as pedras, o tilintar dos adereços que envolvem as moças com sorrisos largos, as senhoras que esbravejam com os filhos que parecem ter seu ar de criança mais preenchido pelo ambiente da praça, a fonte que se torna inerte frente a este lugar onde todos cruzam. De longe pode se ouvir o alvoroço vindo dos Bancos e dos comércios, o grito daquele que encontrou o ente perdido ou até mesmo aquele que o esperava, os abraços e lágrimas que se rolam de notícias entristecedoras, a risada da piada

²² FENELON, *Trabalho, cultura e História Social: perspectivas de investigação*, 1981, p. 24.

bem contada, o negociar que parece não ter fim, olhar para o alto e ver a torre da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, um grande dedo indicando os céus, de um lado a senhora com seu cachorrinho de raça se refestelando a olhar pela janela do carro, de outro uma velha sentada à porta do Banco pede pequenas “migalhas” para continuar sobrevivendo, circulam carros e máquinas pertencentes à prefeitura, circulam os pedestres, circulam motos, circulam vidas, circula-se mazelas, tudo ao redor da praça, esta via repleta de diferenças.

Foi em conversas com os trabalhadores da praça, (algo corriqueiro em cidades de pequeno porte como a cidade do Prata) , que soube com antecedência sobre o projeto de reconfiguração da praça, tratado nos marcos interventores.

O projeto de reforma da Praça XV de Novembro está aguçado na tentativa de estabelecer a memória de uma administração pública dotada de um potencial transformador, tentando abafar a memória daqueles que sofrem a ação deste projeto e intervenções do poder público, negligenciando o direito de todos ao passado como fator básico de cidadania.

Temos então que nos atentar para os diferentes discursos e vozes que estão dentro da do projeto de cidade que pode ser observado na reforma da Praça XV de Novembro. Não existe uma versão definitiva, têm-se tensões e questionamentos postos neste edificar do espaço público que se fazem numa relação de campo de forças para se instituir a memória hegemônica. Através desse pressuposto, fui ter com os trabalhadores as diferentes visões sobre a cidade neste projeto de praça, que explicita as disputas pela cidade.

Como integrantes deste processo de disputa pela cidade estão os comerciantes, trabalhadores, na eminência de perderem seu espaço na praça, em quem podemos ter uma interpretação alternativa sobre os projetos de cidade, baseando-se em seus viveres com o lugar.

A praça é o espelho daquilo que o poder dominante deseja que se torne a visão de cidade, é a pequena parte na qual se demonstra os interesses para com o restante do espaço urbano, é nesse espaço que se constituem fronteiras simbólicas, disputas, práticas e tensões que podem ser percebidas através do diálogo com os trabalhadores que se mostram na praça, um símbolo da urbanidade.

Ao indagar os freqüentadores da Praça sobre alguém que pudesse me esclarecer sobre a reforma da praça e a problemática ligada aos comerciantes do lugar, um nome foi proclamando como porta voz, o Sr. Clésio, trabalhador e proprietário de um estabelecimento

na Praça XV de Novembro, que aglomera algumas motos que servem de “táxi” (moto-táxi), e através de instruções de seu filho mais velho, Samuel, fui ter com o trabalhador um encontro em sua residência.

A casa do Sr. Clésio situa-se no bairro Oliveira, um local distante de seu trabalho. Ao anunciar o motivo de minha visita, o trabalhador demonstrou alegria e, com confiança e expectativa de que algo pudesse ser feito pelo entrevistador, convidou-me a adentrar sua residência. Já de antemão, me falou das inquietações que a reforma da praça estavam lhe causando.

Ao sentar-se sobre um já desbotado sofá marrom, convidou-me para ali estar com ele, narrou que tem disposição para falar à cidade inteira sobre este “tormento”²³, e, no ambiente de sua sala, cercado por sua esposa e seus dois filhos pequenos, escorados nos portais dos pequenos cômodos trouxe sua narrativa, seu semblante aos poucos mudava de forma, ganhando um tom de revolta. Quando questionado sobre a reforma da Praça XV de Novembro e logo a retirada de seu estabelecimento comercial, narrou:

Quando eles fala pra eu tirar eu vou tirar, creio que isso não passa do carnaval não..Acho que é uma covardia porque cada um tem seu direito, e quem tem o direito mais hoje são os poderosos os pequenos não tem poder nenhum [...] igual, eu fui lá eles autorizaram, igual agora sai que nem um cachorro, quer dizer quem tem poder é eles nós não tem nada., não tem lei que favorece nós.. Eles deveria arrumar outra área pra nós, que retirassem, arrumasse outra área e colocasse todo mundo junto, ou comprasse aquilo tudo, ou fálasse que dava uma indenização para não sair no prejuízo.²⁴

O senhor Clésio declara-se como o comerciante mais antigo instalado no interior da Praça, há 23 anos atua no local, e tornou-se o representante de todos aqueles que como ele reivindicam o direito de pertencer a esse espaço. Sua indignação está no fato de que o projeto realizado pela prefeitura não leva em consideração as pessoas que trabalham nestes estabelecimentos, a Prefeitura Municipal pede apenas a retirada dos trabalhadores sem pagar nenhum tipo de indenização, ou criar outro lugar onde eles possam ser instalados novamente. Com forte entonação na pronúncia, o trabalhador apresenta-se no direito de estar ali, e se posiciona contrário ao poder dominante, que tenta solapar seu direito de estar.

²³ Clésio da Costa Vieira, 49 anos, comerciante. Entrevista realizada em sua casa no ano de 2007. Este termo foi utilizado antes da gravação da entrevista.

²⁴ Clésio da Costa Vieira, 49 anos, comerciante. Entrevista realizada em sua casa no ano de 2007.

O tempo é inconstante, assim como os marcos interventores sinalizam que em breve será a reforma, os trabalhadores não sabem até quando podem estar no lugar .

O termo “eles” na narrativa do Sr. Clésio é utilizado para englobar todos aqueles responsáveis pelo projeto, e “nós” como os trabalhadores imbuídos das mesmas dificuldades. Eles/Nós é o embate existente pela disputas dos diferentes projetos de cidade no lugar, o próprio fato de o trabalhador se colocar enquanto passivo frente à situação denota uma forma de luta, “quem tem poder é ele, nós não tem nada”. Na sua narrativa encontra-se a busca por reivindicar-se como pertencente à cidade, destacando em sua memória os viveres no local, e, com os olhos cheios de água, relatou:

[...] criei meus filho tudo de lá, tudo, meus fi foi tudo, a minha menina depende daquilo ela trabalha lá, o meu menino trabalha lá, eu trato dos outros filho meu de lá, , vou arrumar emprego aonde dessa idade que eu tenho. Só vê o lado deles... e ainda dizem que onde está os lanchinho não vai mexer, vão plantar grama dicerto.²⁵

A indignação do senhor Clésio é evidente, a Praça é seu sustento, toda sua família está envolvida neste projeto, os filhos também estão inclusos, o sustento da família está intimamente ligado à Praça XV de Novembro. A retirada do seu estabelecimento não o envolve apenas enquanto indivíduo, mas, também, desordena seu grupo familiar.

A sua preocupação sinaliza o questionamento de como irá conseguir outro emprego, no caso, outro espaço para realizar e desenvolver seu comércio. Seu Clésio teme, ainda, que o local não seja aproveitado de uma maneira satisfatória: “vão plantar grama dicerto”, o morador reivindica o seu direito a este lugar ironizando o projeto de reforma, deixando no ar a idéia de seu verdadeiro temor, ou seja, de que a Prefeitura os retire daquele espaço por puro “capricho”, “banalidade”. O trabalhador não aceita a necessidade da retirada de seu comércio, sem ter seus direitos respeitados, que são os direitos de pertencimento constituídos no processo dos viveres do morador com a cidade, e quando perguntado sobre como ocorrerá a retirada e como foi avisado, ele nos traz sua versão:

[...] eles quer que tira sem nada, sem nada, tira com coisa que nós tivesse invadido uma área e tira, e lá num foi invadida porque nós pagava o alvará, está suspenso pela justiça, mas nós pagava o alvará lá, nós não

²⁵ *Idem.*

entro porque nois invadiu área não, deram autorização para nois entra naquela área [...] Mandaro uma carta mas eu nem cheguei a ver está carta, minha minina que pego, ai eu arrumei um advogado ai eu entrei mais eu acho que não vira nada [...] eles vai retirar [...] eles alega que vai retirá porque tem que reformar a Praça.²⁶

O trabalhador reivindica que logo poderá perder seu ponto comercial. Existe em sua narrativa uma certa descrença para com a justiça, o poder judiciário aparenta estar muito longe da realidade, mas, de todo modo se faz necessário na medida em que atua como mediador entre o estado e os trabalhadores. É uma opção que essas pessoas possuem para ter seus direitos legitimados. A lei acaba por se apresentar como resultado da disputa de forças.

O trabalhador Sr. Clésio narra os tempos em que trabalhava na “legalidade” do ponto de vista do poder dominante, e não aceita ser colocado na marginalidade da situação por ter pago o alvará. Para o trabalhador, é para além de uma situação burocrática, é a confirmação de sua legitimidade de estar ali, ele foi aceito e agora “eles” o recusam. A luta do trabalhador não se reduz à reivindicação de um espaço físico, mas, para além disso, ele busca o direito à cidade ele se insere na disputa pela memória do lugar.

Quando se retira o pagamento do alvará, a Prefeitura está sinalizando que os trabalhadores já são uma idéia fora do lugar, o mandar a carta como nos narra o Sr. Clésio é a institucionalização do que a suspensão do alvará afirmava, o poder público age de maneira a solapar aos poucos a reivindicação dos trabalhadores de terem o direito de estarem no local.

O que devemos notar, é que o projeto não foi elaborado visando à permanência dos comerciantes, a retirada tem como objetivo, segundo o Sr. Clésio, apenas não atrapalhar a reforma da Praça, mas a saída dos trailers é permanente, e quando perguntado sobre o sentimento da retirada nos respondeu com um semblante emotivo:

Até a justiça resolver nois já saiu nois não vamo fica lá.[...] Nois não estamos prejudicando ninguém, estamos trabalhando honesto, sem nada, eu acho que é uma injustiça que eles estão fazendo, quantas pessoas eles vão deixar desempregadas, se nenhuma indenização, se chegasse em algum companheiro e disse que iria dar tantos real para vocês para vocês não ter prejuízo, com coisa que nois invadimo, nois não invadimo nois pagava o alvará daquilo lá.[...] nós que somos os fraquim não temos vez, quem tem vez é os poderosos.[...] oito pessoas dependem daquilo lá para sobreviver [...] o prefeito não conversa quem conversa é os acessor.²⁷

²⁶ *Idem, ibidem.*

²⁷ Clésio da Costa Vieira, 49 anos, comerciante, entrevista realizada em sua casa no ano de 2007

Em sua narrativa o Sr. Clésio se reivindica enquanto trabalhador, tentando se distanciar de uma noção de pessoa invasora, ele não é intruso, ele pertence, ele luta para continuar pertencendo. O trabalhador pagou e reivindica o direito de estar ali. Sr. Clésio em sua entrevista denota um tom de fraqueza como luta sub-reptícia contra as classes dominantes.

Outras amostras da ostentação do poder municipal podem ser percebidas também na chegada ou reforma de novos maquinários para a prefeitura. Essas “aquisições” são expostas em frente à sede da Prefeitura Municipal, na Praça XV de Novembro sobre a calçada, ficando ali durante dias.

Existe uma figura que já ficou conhecida naquele lugar, a máquina niveladora, popularmente conhecida como “Patrola”, uma máquina de reconstituir estradas municipais, sempre que reformada ou trocada por um modelo novo fica exposta para a população demonstrando a preocupação da prefeitura com a zona rural, que é a grande responsável pela economia do município, para que todos que passem notem que o poder público se coloca frente à preocupação de “todos”.

A exposição destes maquinários na Praça XV de Novembro, sejam eles microônibus para a saúde, tratores para a limpeza da cidade, niveladoras para a zona rural, sempre são comemorados com um grande foguetório, que perpassa pelas principais ruas da cidade, trazendo à tona a preocupação do poder público de forjar uma memória homogênea de cidade vencedora, que desliza sobre os trilhos da modernidade. Sendo assim, nossa reflexão nos leva à questão dos usos da praça, quem pode usar esse espaço e como pode?

Para vislumbrar que os projetos de cidade levados à frente pelo poder público local, estão em uma disputa pela a instituição de uma memória hegemônica, busquei diferentes narrativas que trouxeram também diferentes visões sobre a cidade. Resolvi então, ramificar o caminho, buscando na Prefeitura Municipal aqueles trabalhadores que também pudessem falar sobre este projeto a fim de obter a visão do poder instituído. O primeiro funcionário com quem pude estabelecer uma conversa foi o engenheiro Cassius Clay Andrade Oliveira, 42 anos, responsável pela obra. Depois de alguns minutos de espera pude estar em sua sala, sentado em frente à sua mesa, onde de maneira categórica, me disse que, primeiramente, explicitasse o assunto sobre o qual iríamos falar. Depois de esclarecido, narrou sobre a ação do projeto da prefeitura sobre a Praça XV de novembro:

Esse projeto surgiu quando nós pidimo uma verba do ministério do turismo para reformar as duas praças [...] tinha um projeto da administração passada mas nós não conhecemos eles [...] Quando nós entramos aqui não tinha projeto nenhum [...]. A mudança vai ser feita pra melhorar para as pessoas que forem utilizar, trocar o calçamento daqueles bloquetes, o pessoal tropeça, vai ser o calçamento de pedra portuguesa, a grama morreu tudo por causa da sombra, é... só que é só uma reformulação a grama vai ser plantada daquela que resiste à sombra as arvores.²⁸

Segundo o Engenheiro, as mudanças vão ser feitas para trazer um maior conforto para a população local, que há tempos sofre pequenos acidentes por causa da estrutura danificada da Praça, que já não permite nem mesmo que a grama se prolifere devido à sombra. Segundo Cassius Clay, a grama que se encontra neste momento na Praça não suporta sombra, a partir dessa narrativa surge-nos as seguintes questões: “essa reformulação tem como foco principal os moradores?”; “a grama atrapalha os moradores ou representação da cidade refletida na praça?”

Se formos para além da narrativa apresentada pelo engenheiro podemos vislumbrar não apenas um projeto de praça, mais um projeto de cidade baseado na reformulação da praça, a melhoria não está ligada apenas ao “materialismo” da praça, mas à necessidade apontada pelo poder público de mostrar-se na praça, ela deve ser modernizada, reconfigurada, para atender às “necessidades dos moradores”. O relato do engenheiro deixa transparecer uma preocupação em criar a ideia de uma cidade assistencial, que olha para todos de forma igualitária.

Cassius Clay assinala a necessidade de reforma do espaço público para garantir a melhoria de vida das “pessoas que fazem uso da praça”, sendo assim, a Praça XV de Novembro e suas reformulações atenderiam a todos. Mas de forma alguma este “reformular” do espaço público é tão estático e pacato quanto parece ser, existe uma série de conflitos para se estabelecer a memória dominante. Não se trata de um processo tão tranquilo, existe aí, um embate simbólico inscrito em uma disputa pela memória hegemônica. Nessa perspectiva Beatriz Sarlo nos chama a atenção para a constituição do espaço público:

²⁸ Cassius Clay Andrade Oliveira, 42 anos, engenheiro contratado pela Prefeitura Municipal, entrevista realizada em seu gabinete no ano de 2008 na Prefeitura Municipal de Prata.

[...] o espaço público não é uma coisa definida de maneira estável, mas sim um lugar de conflito. Os ocupantes tentam avançar (por razões legítimas ou ilegítimas, de acordo com as leis ou sem elas) e outros procuram impedi-los. O espaço público é um lugar de direitos e, por isso, também é um lugar de obrigações. Formas legítimas de ocupação deveriam afetar o menos possível outras formas legítimas de desfrute. E digo menos possível porque é normal que o exercício de um direito afete outros direitos. Este conflito não pode ser anulado de uma vez para sempre, mas deve ser conduzido de maneira mais ou menos satisfatória.²⁹

O relato do engenheiro traz a justificativa da necessidade de mudança, que tem como meta atender a todos, no sentido de generalização da cidadania. A busca pelos direitos dos trabalhadores se dá, na medida em que estes se colocam como legítimos ocupantes, buscando suas raízes em administrações municipais anteriores, que permitiram sua estadia no local, legitimando-os.

Diversos trabalhadores estão nesta paisagem ao longos anos, e vivem do labor neste lugar. Em conversas com os moradores, soube de suas inquietações em relação à reforma. De forma alguma, esses indivíduos se declararam contra a reformulação da praça, o que há, de fato, é uma grande preocupação com a retirada de alguns estabelecimentos comerciais fixados em estruturas metálicas conhecidos como, *trailers*. Sua luta não está na não reformulação da praça, pois eles acreditam que a estrutura da praça deve ser melhorada, a tensão está em não ter seus direitos garantidos, entrando em disputa pela memória de um projeto que teria como meta principal atender a todos. Os donos destes estabelecimentos de comércio foram descartados do projeto, se tornaram um idéia fora do lugar, já não fazem mais parte da “cidade modernizada”, como relata o engenheiro Cassius Clay:

“Os *trailers* já foram notificados para sair tem um processo da promotoria para retirar eles, a prefeitura já notificou eles que eles tem que sair da praça eles estão agredindo a estética da praça, não é nada com o trabalho deles mas como a praça vai ser reformada eles vão ficar destoando do restante da praça, agente que que a praça seja uma praça bonita com um visual agradável para os usuários.”³⁰

²⁹ SARLO, *Tempo Presente*, 2005 p.71.

³⁰ Cassius Clay Andrade Oliveira, 42 anos, engenheiro contratado pela Prefeitura Municipal. Entrevista realizada em seu gabinete no ano de 2008 na Prefeitura Municipal de Prata.

O engenheiro diz que os *trailers* estão agredindo a imagem da Praça e se ela vai ser reformulada então eles devem ser retirados a fim de que tenhamos uma “Praça bonita”. Podemos observar na fala do engenheiro, que não se trata apenas de mudar o espaço da praça e sim, de reformular a idéia de praça, que deve refletir uma idéia de cidade, ou seja, a praça deve ser o espelho da cidade, uma cidade nova e reformulada. A praça bonita para o Sr. Cassius é aquela que não apresenta as diferenças da cidade, que seja homogênea e que agregue apenas as determinações previstas pelas instituições de poder.

O conflito está em trazer uma nova estética à praça, permeada com a retirada daqueles que “não fazem parte do lugar”, os ilegais, aqueles que atrapalham a ocorrência de um “visual agradável”, que transmitem uma imagem de uma “cidade marginal”, onde as mazelas são frequentes. Esse visual agradável trazido pelo Sr. Cassius é carregado de uma visão homogênea de cidade como se o espaço público fosse reflexo apenas das vontades do poder dominante para com um projeto de cidade. A tensão na retirada dos *trailers* está na disputa pelo espaço público, entre aqueles que se consideram legítimos interventores do lugar, e aqueles que se reivindicam enquanto pertencentes a tal.

O Sr. Cassius, traz a idéia de que a promotoria denunciou os *trailers* de maneira voluntária, mas de onde vem esse desejo de retirada? De que modo esse desejo corrobora com o projeto de maneira tão eficaz? Será que existe uma relação entre a promotoria e a prefeitura?

O mundo do direito, do espaço do “legal”, na narrativa do Sr. Cassius configura-se como um disfarce, que tenta ocultar a dominação do poder público no processo de firmamento de uma hegemonia, mostrando que é inevitável a execução do processo, que a responsabilidade está além deles. Déa Fencelon manifesta-se sobre essa questão da seguinte forma::

[...] se considerarmos, por exemplo, as relações entre o Estado e o Direito com as perspectivas e os pressupostos que vimos afirmando, veremos que um largo campo de investigações se configura e para o qual muito se tem chamado a atenção. Se aceitamos o Direito como a mediação entre o Estado e a sociedade, sem conotações da representação burguesa sobre estas relações, e sem cair no economicismo, o Direito e a lei pode aparecer como campo onde se desenvolvem tipos de conflitos muito importantes de serem acompanhados, pelo que significam de espaço onde se configura a dominação de classe e, portanto a resistência a ela. Certamente se ultrapassarmos as definições sobre a separação dos poderes, a

independência do judiciário e mesmo a questão da supremacia da lei, como invenções doutrinárias que apenas rotulam o legal e o formal do sistema capitalista, poderíamos perceber o legal como mecanismo para transfigurar a dominação, fazendo com que a lei apareça como legitimadora do poder político e sempre como resultado do embate de vontades antagônicas.³¹

Existe uma grande problemática nisto, não é apenas um projeto, são vários projetos na disputa pela memória na praça. De um lado, a prefeitura quer levar à frente um projeto de reforma da Praça, tomando como base principal a modernização deste espaço, alegando que o objetivo é obter uma melhoria das condições de vida de todos os cidadãos prateses. De outro, os trabalhadores reivindicam o direito de estar nesse espaço público, embora não neguem a reformulação do espaço. A disputa não está em uma resistência à mudança, mas sim, de não participarem dela enquanto pertencentes ao lugar social.

Minhas indagações em determinado momento me levaram a saber mais sobre a proveniência destas verbas para a reforma da praça, seriam verbas municipais? Necessitariam de aprovação da câmara municipal? Foi então, que pude ter uma conversa com a assessora do prefeito, Marluce Aparecida Souza e Silva³², também estudante da Universidade Federal de Uberlândia, onde cursou direito até o último semestre de 2007. Devido à relação amistosa que desenvolvemos ao longo dos anos, no trajeto diário Prata/Uberlândia, que nos levava à universidade, não foi difícil conseguir junto à assessora, uma entrevista. Através do diálogo travado na Prefeitura municipal pude saber que esses projetos não necessitam de aprovação da Câmara, pois são verbas específicas para as reformas advindas do Ministério das Cidades. A verba se encontra à disposição na Caixa Econômica Federal e é necessário apenas um processo licitatório, que conforme pude averiguar, ainda não foram realizados até o presente momento da escrita.

Através de indicações do Sr. Clésio quando perguntado sobre alguém que também poderia falar sobre essa tensão na Praça XV de Novembro, fui ao encontro de D. Vanda Aparecida Silva, 43 anos, nascida na cidade de Ituiutaba, e que tem um estabelecimento comercial na praça, onde ela e seu marido vendem pasteis e refrigerantes, e em um cômodo de lata de curto espaço se revezavam na tarefa de fritar pasteis. Quando convocada, me recebeu com um sorriso aberto, e quando relatei quais seriam os rumos do diálogo, ela logo

³¹ FENELON, *Trabalho, cultura e História Social: perspectivas de investigação*. 1992 p.31.

³² Marluce Aparecida Souza Silva, 50 anos, nascida na cidade do Prata – MG, servidora pública da UFMT, afastada por motivo de conclusão de doutorado e nova graduação na cidade de Uberlândia, recebeu-me gentilmente em sua sala na Prefeitura Municipal, no mês de março de 2008.

se dispôs com o tom de confiança de que sua narrativa pudesse significar de alguma forma a mudança. Acendendo seu cigarro e debruçando-se sobre o pequeno balcão, deixou seu relato quando questionada sobre a reforma da praça:

Eu trabalho aqui com pastelaria [...] eu acho justo a reforma da praça, realmente tá precisano, pra isso eu acho que não era preciso desalojar a agente, tá tirando nosso emprego, tá tirando nosso sustento, eu e meu marido já é aposentado, agente vivi disso aqui, paga o aluguel disso aqui, agora eu não acho errada a reforma da praça, mas não precisa prejudicar agente é só isso.³³

Vemos que a preocupação de D. Vanda está em manter-se como trabalhadora do lugar, o conflito entre estes trabalhadores e a classe detentora dos meios políticos está no fato de o projeto não garantir o espaço de trabalho desses moradores. Esses moradores reivindicam um direito à memória, a serem pertencentes, sentem-se como parte integrante da praça, por isso o interesse em se fazerem parte da memória.

Os trabalhadores da Praça não estão passivos, se rebelam, falam, trazem nas suas narrativas um apelo para que alguém possa ouvi-los, e como que se achassem em uma situação de impotência frente às instituições de poder. O próprio discurso de ausência de poder serve para demonstrar que suas reivindicações perante o poder público local, e as leis que garantem a relação estado/indivíduos, estão lhes tolhendo do direito de fixarem uma versão vencedora dessas memórias.

Aguçando o olhar podemos perceber a Praça XV de Novembro também como lugar simbólico de referência dos trabalhadores com a cidade, é ali que se entrincheiram relações, formulam-se viveres, formam-se regras de convívio, tudo dentro deste lugar é o reflexo das relações na cidade.

Ao contrário do que comumente se pensa, essas relações não se dão no campo de uma igualdade ou de uma passividade, a praça é o espaço de tensões no interior da cidade, é o lugar onde podemos observar as diferenças e as disputas pelo direito de pertencer à cidade. Verifica-se então, na reforma da Praça, o desejo de implantação de um modelo de cidade por parte da classe dominante, baseado numa concepção de “cidade progressista”, que seria a projeção do poder público, e em volta disso cria-se uma ambiente tenso, com aqueles que

³³ Vanda Aparecida Silva, 43, nascida em Ituiutaba. Entrevista realizada no ano de 2007 em seu estabelecimento comercial.

fazem parte deste espaço e também reivindicam seu direito de cidadãos de estarem incluídos no projeto.

Dentro deste projeto vivemos uma disputa entre a memória que está tentando se firmar enquanto dominante e outra que tenta vir à tona através de suas reivindicações. As angústias dos trabalhadores estão no fato de não terem garantidos seu direito à cidade, o espaço público que eles têm como sustento agora passa a ser tomado por um projeto que visa a melhoria de vida de todos “moradores”.

Por trás de um projeto de praça, existe um projeto de cidade, onde as instituições de poder se utilizam da ideia de direito de todos ao lugar para reforçarem uma memória hegemônica, mas este conflito não está encerrado existem embates a serem evidenciados no processo da disputa pela memória social..

As indagações sobre este projeto se tornaram cada vez mais profundas. Estive novamente na Prefeitura Municipal, para melhor saber qual seriam as mudanças. Desta vez, entrevistei a D. Sônia Silva de Freitas, funcionária pública, 40 anos, responsável pelo planejamento urbano (desenhos e plantas), sorridente e ao mesmo tempo apresentando um tom de preocupação sobre o que poderia representar sua narrativa. Quando indagada sobre a representatividade desse projeto de praça, e quais suas inspirações e funcionalidade narrou:

Eu e o Wilson agente buscou inspiração, a prefeitura tinha recebido uma verba limitada pra reforma da praça e não sabíamos exatamente o que fazer, agente inspirou em algumas figuras que agente viu de outras praças, e... e mudei de acordo com o uso, achei que seria adequado um laguinho no meio da praça com um pequeno chafariz, e o convite ao lazer parece que esta praça que nós temos aqui ela não é muito bem frequentada pelas pessoas eles não ficam pela praça eles passam pela praça, não a praça para lazer para ficar para descontrair, então com base nesse pensamento nós optamos por criar uma área de lazer onde as pessoas poderiam ficar o que seria até mesmo um convite à meditação no laguinho, mesas com tabuleiros de damas e xadrez serão colocados, e do outro lado um parquinho para as crianças³⁴

Este projeto, segundo os relatos de D. Sônia, busca a funcionalidade da Praça XV de Novembro, para a narradora, a Praça não deve mais ser um lugar de passagem, mas sim um lugar de lazer, este espaço vai ser aproveitado de outros modos, para que os moradores

³⁴ Sônia Silva de Freitas, 40 anos, funcionária pública, entrevista feita no ano de 2008 na Prefeitura Municipal de Prata.

desfrutem “melhor” o ambiente. Este desfrutar da narrativa de D. Sônia pode ser interpretado como a realização dos anseios do poder público, desfrutar aquilo que foi concedido à população e está calcado em um constante relembrar daqueles que foram colocados como os locutores do projeto. Considera então a narradora, que a praça não está sendo “bem freqüentada”, deve ser reformulada para permitir um uso eficiente.

Os desenhos³⁵ foram criados a partir de outros projetos de outras cidades, demarcando que essas mudanças não são restritas à cidade do Prata. O lago no meio da praça, mesas, a idéia de criação de um monumento, que atenderia aos anseios das classes detentoras do poder na tentativa de criação de um monumento, que não se apresenta apenas na construção física, mas que se firma no intuito de produzir uma memória. Essa praça/monumento, aquela que instigue a permanência dos freqüentadores, institui-se para demarcar a visão dos freqüentadores sobre a cidade, a praça como memória do poder. Assim, ao ser questionada sobre a finalidade prática da Praça, D. Sonia nos informou:

Tudo muda, tudo evolui, nada fica, tudo está em constante evolução e baseado nisso achei que seria proveitoso mudar transformar construir...é a lei da impermanência nada fica nada permanece tudo muda.³⁶

D. Sônia sinaliza sobre as mudanças, o que ela chama de lei da impermanência “nada fica”, enxerga a necessidade da “evolução” para trazer um fim para a Praça. A Praça não deve ser apenas um lugar ela deve ter uma finalidade que, no caso, ela aponta como a necessidade do lazer.

A idéia de permanência na praça está ligada à fixação de uma imagem de praça/monumento do poder público, que representaria a eficiência e a praticidade do poder municipal. Através desse espaço se teria a materialização dos anseios de construção de um lugar onde os moradores pudessem permanecer e de certa forma contemplar os monumentos realizados pelo poder instituído. Mudar, para a narradora, é trazer para a praça uma noção de eficiência do poder público, praticidade.

³⁵ Apesar de falar do desenho, o projeto não me foi apresentado devido à alegação que não estava pronto, precisava de mais reformulações, apresentaram-me a planta de dois banheiros a serem construídos na praça, mas disseram que fariam uma cópia, que nunca me foi entregue apesar da insistência.

³⁶ Sônia Silva de Freitas, 40 anos, funcionária pública, entrevista feita no ano de 2008 na Prefeitura Municipal de Prata.

Dentro deste projeto de reforma da Praça XV de Novembro, tem-se uma disputa pela cidade entre a memória que está tentando se firmar enquanto dominante e outra que tenta vir à tona através de suas reivindicações. As angústias dos trabalhadores estão no fato de não terem garantidos seus direitos àquele espaço, que eles tomam como seu e os anseios não serem relevantes para a construção de sua cidade, o espaço público que eles têm como sustento agora passa a ser tomado por um projeto que visa à melhoria para o usufruto de “todos”, projeto este que tem como finalidade generalizar a cidadania.

Por trás de um projeto de praça, existe um de cidade, onde as instituições de poder se utilizam da idéia de direito de todos ao lugar para reforçarem uma memória hegemônica, mas este conflito não está encerrado, existem embates a serem evidenciados no processo de disputa pela memória social.

No movimento complexo de reelaboração de memórias existente nesse projeto de cidade é empreendido pela esfera pública uma tentativa de criar uma visão homogênea do processo de constituição da memória do lugar, a partir da ilegitimação dada às posições divergentes ao projeto. Assim, tenta-se tornar invisíveis aqueles a que não são interessantes à este projeto, almejando estabelecer-se enquanto hegemônica a memória do poder. Mas quando nos voltamos para os trabalhadores, essas visões dominantes do lugar são reelaboradas erguendo, então, novas versões sobre este projeto.

Sendo assim, surge também a necessidade de não apenas prender o olhar numa versão, temos que nos possibilitar a observância de processos que muitas das vezes são legados ao silêncio, pelo poder público local, e termos as diferentes visões em disputa pelo direito ao passado. Tem-se a necessidade então, para aguçarmos nossa reflexão, o contato com outras memórias para ser possível estudar as várias versões do passado, o que demarca as reflexões que se seguirão no próximo capítulo. Através de depoimentos orais procurarei interpretar as diferentes memórias, e suas tensões, a partir das significações de seus viveres nas relações deste espaço social, que é a Praça XV de Novembro.

Capítulo II

Memórias da cidade em uma Praça.

No capítulo anterior procurei refletir sobre o projeto de reforma da Praça XV de Novembro, não apenas como um projeto de reformulação de um lugar na cidade, mas sim, enquanto representação dos diferentes projetos de cidade num embate na esfera pública da cidade do Prata. Assim, recorri às narrativas dos trabalhadores problematizando as tensões e disputas pela memória local.

Para o presente capítulo, pretendo refletir sobre as muitas memórias do lugar, recorrendo às narrativas dos trabalhadores, a fim de compreender suas trajetórias e as relações que constituem este espaço, num processo conflituoso de imposição dos projetos de cidade feitos pelo poder público.

Na elaboração dessa reflexão devemos observar a constituição das relações dos sujeitos na praça, que se fazem de forma a tecer um sentimento de pertencimento dos frequentadores com este espaço.

A vida dos moradores e o lugar são intimamente ligadas, foi isso que procurei estabelecer nos diálogos realizados com os trabalhadores da cidade do Prata. O que me levou a estar junto deles foi o desejo de saber sobre suas histórias da cidade refletidas na praça, interpretando por meio de seus viveres os processos de mudanças, trazendo a tona o que é ser morador desta cidade, o que é viver nesta praça, estar na praça, passar por ali, tê-la como referência de pertencimento social. Essas perguntas são úteis para percebermos qual é o valor histórico e cultural desse espaço para os trabalhadores e frequentadores da Praça XV de Novembro enquanto pertencentes a este espaço social.

Nesse processo de disputa os trabalhadores buscam obter sua versão da história reconhecida, perante os diferentes projetos de cidade. Devemos então, aflorar nosso olhar para ter, no direito ao passado, uma dimensão básica de cidadania, trazendo os mais diferentes relatos, que, de algum modo, ou, por algum motivo, nem sempre foram considerados, abafados por uma história hegemônica que firma as versões das classes detentoras do poder.

A partir de então temos como objetivo pensar como as pessoas atribuem sentidos às suas narrativas, se relacionado com as versões do passado difundidas na esfera pública.

Busquei conversar com os trabalhadores, para desfrutar de diferentes versões sobre uma outra história da Praça XV de Novembro, baseada na pluralidade das relações destes com este lugar, e reconhecer, nos moradores, o seu direito de fazer parte das memórias do lugar, elencando as diferenças e as ambigüidades da memória, de modo a não fixar uma idéia de enfrentamento do velho x novo, mas sim, refletir sobre as visões da cidade na praça, através da relação presente-passado, procurando obter as significações do que é viver e pertencer a este lugar. Nesse sentido, nos diz a historiadora Célia Rocha:

Diria, então, que é importante inverter a relação passado-presente, colocar em foco um olhar que reflita a cidade no modo como os seus diferentes moradores apropriam-se e imprimem nos seus espaços suas significações nos atos de lembrar/viver, nas suas maneiras de morar, trabalhar e de se divertir, e por meio desses atos, revelam a cidade nos sentimentos de pertencimento articulados aos territórios de suas vivências e experiências sociais.³⁷

As noções de pertencimento são traçadas nos viveres dos trabalhadores na Praça XV de Novembro, os sujeitos constituem diferentes noções do que é estar ali, viver, trabalhar neste espaço, colocando-se como parte que integra o lugar, trazendo diferentes relatos, lembrando este lugar em suas diversas relações. Foi em busca de diferentes versões da memória na praça, que eu estive com os trabalhadores, e pude viver e refletir um pouco mais essa praça enquanto morador.

Nessa praça, existem pessoas de destaque, que já fazem parte de seu cenário, por trabalharem, ou por ali estarem todos os dias em busca de esparecimento. Taxistas, negociantes, agiotas, pedintes, vendedores e outros freqüentadores, todos se aglomeram nesse grande palco que é a Praça XV de Novembro, lugar das múltiplas relações.

Foi nesse espaço que encontrei o Sr. Mauro Aparecido da Silva, na calçada da praça, engraxando sapatos sobre um banco de ônibus engenhosamente fixado em uma caixa de madeira, na qual se desloca uma gaveta, que guarda a flanela e a graxa.

Conhecido pelo apelido de Guri, 43 anos, o Sr. Mauro Aparecido é reconhecido pela sua destreza com os negócios, exibe orgulhoso os trunfos de seu outro ramo de trabalho, a venda de cartões de saúde (Saúde Card), mesmo não sendo letrado, se incumbe de fazer a

³⁷ ROCHA, *Uma Praça, numa cidade*: Patrimônio Histórico e cidadania cultural, 2006, p.65.

transação. Ao utilizar o seu serviço de engraxate pude ter com ele momentos de boa prosa, o engraxate me cedeu sua narrativa gentilmente e com alegria por ser entrevistado. Falou-me de sua ligação com a praça; quando indagado sobre o que era estar ali, ter constituído parte de sua vida neste lugar, com firmeza na voz relatou:

Esses dia eu cheguei num sábado, tinha chovido, barro pra tudo quanto é lugar, terra né[...] ai eu barri daqui até lá, ai as meninas [...] se ta varreno que se tá ganhando do Beto (prefeito municipal)[...] falei não.....aqui é minha casa , sinto bem em fazer isso aqui, se você quiser tá, pega você se sente bem [...] porque se eu ficasse pápápá eu ia ficar falando da vida dos outro não ia? é bom se distrai [...] eu não ganho nada com isso aqui não mais eu me senti bem, hoje agente tem que fazer as coisas que agente sente bem.³⁸

A praça se fixa na memória do Sr. Mauro através do reconhecimento entre o mesmo e o lugar, ele se considera pertencente, constitui laços com a praça, trata este lugar como sua casa. Limpar a praça não é limpar apenas algo que as pessoas tomam como das instituições de poder (prefeito beto) , organizar e cuidar deste espaço é uma forma de expressar a sua ligação com o ambiente, explicitar para todos que passam e ali observam seu trabalho, que ele se considera responsável pela Praça, a Praça é o lugar de seu reconhecimento social, é onde realiza seu trabalho, relaciona-se, ele vive a praça.

A narrativa do Sr. Mauro nos leva a refletir sobre a relação tensa existente no espaço público, a praça, enquanto lugar firmado e garantido pelas instituições de poder, mas que agrega em seu interior os mais diferentes sujeitos, que acabam por avançar para além dos espaços demarcados pela ordem pública e, de certa forma, são coibidos por uma noção de poder superior, estar na praça é viver uma relação de conflito entre aqueles que querem firmar sua memória ligada ao triunfalismo do poder e àqueles que acabam por ser esquecidos, mas, que a todo momento, também estão inseridos numa disputa pela memória do lugar.

As noções de pertencimento são forjadas nas relações destes sujeitos com a praça, estar na Praça XV de Novembro para o Sr. Mauro converge em se encontrar como parte deste seio de relações, a idéia de uma Praça/trabalho, Praça/lazer, Praça/sentimento, que surge nas narrativas do trabalhador, e que estão em constante disputa diante de um projeto

³⁸ Mauro Aparecido da Silva, 43 anos. Entrevista feita no ano de 2008 na Praça XV de Novembro.

conflituoso. Pela disputa do lugar, as instituições de poder firmam seus projetos de cidade, sem tomar em conta, os diferentes usos da praça.

Essas diferentes práticas de praça, a praça para trabalhar, divertir, ter relações de sentimento, são elaboradas a partir das relações do Sr. Mauro no lugar, dando-lhe uma visão singular de uma memória construída por embates e lutas sociais vividas, o que lhe garante o direito à palavra e o reconhecimento de sua presença social enquanto cidadão pratense.

Estar na praça para o Sr. Mauro tornou-se uma obrigatoriedade, um vínculo para além de empregatício, ligado ao campo da afetividade das relações travadas, que se insere de maneira a tecer nos frequentadores um sentimento de pertencer ao lugar e ao grupo social ali forjado, principalmente pelas experiências de elaboração da memória.

Os frequentadores criam teias transacionais reconhecendo-se como legítimos moradores, não só a praça abriga os trabalhadores, mas eles abrigam parte da praça em sua memória, e nesse espaço edificam-se relações simbólicas de poder e referência. Quando perguntado sobre o que é trabalhar na Praça XV de Novembro o morador da cidade do Prata nos respondeu:

Aqui é nosso escritório [...] tem uma turma aqui que nois é amigo, se chegar aqui meio dia uma hora e eu não tô aqui, ele dão um jeito de ir [...] o guri tá preso ? até agora ? tá na casa dele ? [...] preocupa porque que eu não tô aqui, porque que aconteceu [...] Se o Fábio chegar aqui e perguntar que dia que vem o capeiro(...) vem na outra semana [...] tem outro aí que vende sapato de Franca [...] por exemplo se eu vender um sapato para o Fábio, indicar, se o sapato for cem ele me dá cinco, se eu indicar dois ou três ele me dá³⁹

Na praça há uma ligação muito estreita entre moradores a ponto de formarem-se códigos de reconhecimento, que são construídos no intuito de demarcar o espaço de cada um, esses códigos regulam os viveres ali, não existem leis escritas, que estabeleçam os papéis que os frequentadores têm que desempenhar, mas cada um vive seu lugar, a invasão do espaço do outro gera desconforto, se eu vendo a mercadoria do outro é mérito meu receber por aquilo, se não vendo tudo bem. Os viveres na praça criaram regras singulares que são desenroladas e formam um direito costumeiro baseado nas relações dos trabalhadores com o lugar.

³⁹ Mauro Aparecido da Silva, 43 anos, entrevista feita no ano de 2008 na Praça XV de Novembro

As relações travadas entre os trabalhadores são tão imbricadas, que através dos viveres no lugar forjaram-se regras de reconhecimento enquanto grupo. Quando fala, o Sr. Mauro se utiliza do “nós”, fala por todos, todos aqueles que como ele estão desfrutando desse lugar, quando se refere à “turma”, o narrador se reconhece enquanto pertencente de um conjunto de relações e regras que são estabelecidas nas relações sociais de um grupo, no espaço da Praça XV de Novembro.

Com um tom de brincadeira, o senhor Mauro Aparecido, narra sobre o que os amigos se lembram quando o mesmo não vem para a praça, os integrantes de seu grupo de relações logo indagam, sentem sua falta, um integrante deixa de estar (presente), lembram com um ar de galhofagem dos diferentes lugares que ele frequenta ou já frequentou, cria-se uma familiaridade com as relações de pertencimento do grupo.

Os trabalhadores como o Sr. Mauro e outros frequentadores se tornam parte viva da praça, estar ali é participar da vida da cidade, saber dos acontecimentos, falar sobre as relações de poder, lugar para se estabelecer trocas, movimentos de resistência e negociações. Esse espaço se projeta na memória individual e coletiva, na medida em que abriga os diferentes papéis sociais num palco constituído de uma multiplicidade de relações.

Procurando uma maior diversidade de significados do que é fazer parte das memórias da praça, as entrevistas não se restringiram apenas ao *locus* a ser estudado, foram além, aos arredores da praça, e até mesmo por bairros mais longínquos, onde pude estar com aqueles que, pela destreza e lucidez da memória, são identificados pelos moradores como portadores da memória da cidade. Foi assim que encontrei a trabalhadora aposentada Joana Nunes Ferreira, 87 anos, que mora mais distante das regiões centrais da cidade, no Bairro Esperança, e através de suas narrativas pude perceber diferenças, principalmente, pelo fato do momento histórico que se passaram suas vivências, de como se apresentam os vínculos afetivos com a Praça. D. Joana Nunes, já foi professora da zona rural (profissão da qual se orgulha), costureira e hoje é uma aposentada do lar (dona de casa); traz em suas memórias traços vivos das imagens físicas e simbólicas da praça. Recorda-se como se estivesse em seu horizonte um telão que passasse tudo o que ela viveu, e com alegria e com um sorriso largo me cedeu algumas narrativas no ambiente de seu lar:

[...] a escola antiga era muito velha, velha mesmo, eu estudei lá... Os assoalho era esquisito, largo... as carteiras eram velhas sentava de dois a

dois, tinha o buraquinho para colocar o tinteiro[...] cada mesa tinha o buraquinho para por o tinteiro.....eu quando vim estudá morava na fazenda, não conhecia nem papel [...] coisa triste é criar com pai e mãe que não sabe nada [...] foi a maiô tristesa pra mim aprende a pega no lápis, foi difícil, a dona Rolinha pelejou comigo. ⁴⁰

Podemos notar na narrativa de D. Joana esse embate entre o viver urbano em relação ao modo que vivia no campo, treinando nosso olhar para perceber como essas experiências se cruzam no mundo tenso construído nas fronteiras desses espaços, “modos de viver e trabalhar no campo e na cidade, que se misturam na vida de cada um, implicam em diferentes maneiras de lidar com o tempo, com as distâncias, com o uso dos espaços, de trabalhar neles, de decorá-los”. ⁴¹

Ao transferir sua residência para a cidade D. Joana passou a incorporar novas dimensões de uso de um tempo mais cronometrado, marcado pela vida escolar, pelos afazeres da cidade, novas referências lhe foram dadas para pensar sua vida cotidiana, e esses referenciais foram se cruzando com os da vida rural.

Estudar parece ser um privilégio segundo a narradora, a imagem da escola brota ao poucos tecendo para nós o espanto do que era estar na escola após ter passado anos na zona rural.

Ter se escolarizado tem um poder transformador para a entrevistada, um significado maior. O próprio fato de conhecer o papel, de estar em contato com o tinteiro pela primeira vez, inserem D. Joana em um novo mundo, com novas expectativas, a escola é uma nova realidade para uma sociedade onde poucos tinham acesso à educação. A Escola à qual a Sra. Joana se refere é a primeira instituição de ensino fundada na cidade do Prata (Escola Noraldino Lima), com sede na Praça XV de Novembro, lá a narradora estudou logo após sua inauguração na década de 30. O sentido da praça adotado por D. Joana é o de um ambiente em que pôde viver seus anos escolares, e pela primeira vez “pegar no lápis”. A Praça marca sua alfabetização, seu tempo de criança, que ela se recorda como sendo tempos de ingenuidade. Estar naquele lugar significava para a entrevistada romper com um passado de “iletramento” sobre o qual as instituições de poder educacional agiam de forma a transforma-lo: “Dona Rolinha pelejou muito”.

⁴⁰ Joana Nunes Ferreira, 87 anos, viúva, aposentada. Entrevista feita em setembro de 2007 em sua casa.

⁴¹ KHOURY, *O Historiador, as fontes orais e a escrita da história*. 2004, p. 43

Retomando o diálogo com D. Joana sobre a praça, quando perguntada sobre os sujeitos e seus viveres na praça em seu tempo de escola, assim respondeu:

[...] o povo era bobo, tinha a chamada subestação na época [...] ali na praça, rebento um fio da luz dali, veio um minino feito bobo pego, se fosse agora tinha murrado [...] veio um pego, otro mais atrais também, e otro não sabendo de nada pego tamém, fico treis incarriado, o da frente achei que tinha morrido ficou pretin, ai tinha um mais ativo correu lá e mando o desliga [...] ⁴²

Assim em sua memória o tempo é demarcado na diferença de uma cidade vivida no presente em relação ao passado, a vivida memória de seu tempo de ingresso na vida escolar, a saída da escola, a criança que como coloca acima, pareciam ser dotadas de um ar de espanto e inocência perante a “modernidade”, as histórias de um tempo (década de 30) onde a luz da cidade eram geradas através de uma subestação contadas a partir de um tempo onde nem se sabe muito bem de qual usina veio a energia que alimenta os seus lares.

As diferenças das paisagens formam-se na memória de D. Joana, constituindo um entrecruzamento de experiências, que vão sendo conduzidos a partir do momento em que ela se insere efetivamente no tempo da cidade, marcado por um maior fluxo de pessoas e viveres, e tem suas referencias em um outro tempo mais fácil de ser controlado. O mundo rural vem à tona e demarca os movimentos que vão se constituindo na memória da narradora, através de uma relação entre momento vivido e suas experiências ligadas ao passado. A cidade passa a ser um lugar com uma nova dinâmica social, constitui-se então uma idéia de “modernidade” calcada nessa nova relação com o tempo.

O presente parece se fazer na narrativa da Sra. Joana com a demonstração de um impacto com as mudanças, a cidade lembrada por D. Joana vem de encontro a um novo mundo, que agora pertence à narradora, constituído pelas mais diversas ações. Estar na cidade significava viver as mudanças. A praça foi o palco da transição da vida de D. Joana partindo de uma realidade rural para a urbanidade, o marco na constituição de seus enredos de vida.

⁴² Joana Nunes Ferreira, 87 anos, aposentada. Entrevista feita em sua casa no ano de 2007.

O encontro da entrevista nos torna dispostos a dialogar cada vez mais com trabalhadores prontos a tecerem narrativas e exercerem seu direito ao passado. Uma entrevista leva a outra, e foi desta forma que pude estar em contato com outros trabalhadores capazes de colocar em foco os diferentes olhares sobre a cidade através da praça. O centro da cidade é um lugar que foi eleito ao longo dos anos como referencial das relações sociais da cidade, em especial, a Praça XV de Novembro tornou-se um ícone das relações humanas tanto no campo da diversão como no campo das instituições de poder, ela representa no olhar destes moradores um espaço eleito para se retratar a memória da cidade.

Podemos observar como as narrativas constituem à partir do diálogo com o autor uma relação entre o presente e o passado tentando evidenciar as mudanças e as permanências de uma cidade tendo como referência a praça, e através disso deixam vir a tona seus sentimentos, o que é viver neste lugar.

Uma casa sempre me chamou a atenção no trajeto para meu trabalho, especificamente por sua arquitetura antiga, destoando de outras casas que compõem a Rua Major Carvalho, mas, nunca imaginei que nesse lugar, pudesse estar uma pessoa tão prestativa e educada, D. Ana Novais Tannus. Assuntando com os moradores da cidade ao ir para meu labor, sobre alguém que poderia me trazer algumas narrativas sobre seus viveres na cidade, me foi apontada D. Ana, moradora da Rua Major Carvalho, (rua que corta a Praça XV de Novembro ao meio), com quem marquei um encontro em sua residência e pude estar com ela. Sentada em sua sala, cercada pelos três filhos, D. Ana iniciou sua narrativa quando questionada sobre sua naturalidade e sua ligação com a Praça XV de Novembro:

Fui nascida e criada na cidade do Prata [...] O Prata era uma família só [...] A Praça XV de Novembro, no meu tempo, de menina, menina... menina moça né, era ainda um caramanchão, tinha um chafariz no meio da praça, tinha o coreto que a banda tocava todo domingo, igual aquele daquela praça lá de Uberlândia, praça da biblioteca lá [...] ⁴³

⁴³ Ana Novais Tannus, 87 anos, aposentada. Entrevista feita em sua casa no ano de 2007.

D. Ana referencia a praça na década de 40 como a marca de uma época, em que as bandas musicais tocavam aos domingos, no espaço por ela chamado de coreto e toma como exemplo uma das praças centrais da cidade de Uberlândia, cuja cidade que também possui o hábito de frequentar, cidade em que ainda existe esse marco simbólico. A praça para a narradora lembra diversão, juventude. Dialogar sobre a praça com D. Ana é trazer à tona as memórias sobre uma juventude vivida na praça.

Tinha os clubes né....o Prata Club, antes aonde era está equina aqui (Av. Major Carvalho com Praça XV de Novembro), era o Clube, isso eu era menina, eu quase não frequentava clube, meu pai era sistemático não gostava, mas era muito bom, Prata era uma família só.⁴⁴

Falar destes espaços públicos é relembrar até mesmo a constituição de sua família, como era a figura paterna para ela, os clubes que eram o centro da diversão pratense e que na época retratada pela autora por volta da década de 40 era na Praça XV de novembro. A narradora pensa a cidade lembrada como uma família só, onde todos conhecem a todos.

[...] meu namoro com o Anísio...ha...ha...ha... nossos encontro foram na praça lá no cinema, justamente esperando uma seção... ai, ai.... o dono do cinema era meu primo eu tinha a permanente, então eu ia todo dia, eu tava namorando um primo meu que era muito amigo de meu esposo, nós já estava querendo firmar namoro.... antigamente só dava uma olhadinha não é esse rela rela que tem hoje... não que naquela época não tivesse as mocinha sem juízo.. Meu primo e namorado foi para São Paulo porque tinha um tio dele que arrumou um emprego para ele lá e ele me pediu para esperar ele... Pediu o Anísio para me vigiar, e nós dois começou a namorar.⁴⁵

A praça, o cinema, estar nestes lugares representam para a trabalhadora o auge de sua mocidade e o encaminhar de sua vida familiar, é o início de seu namoro. Em seus relatos a aposentada traça atitudes de sua época de “moça” (jovem) como ela mesma diz, dar uma olhadinha já representava muito. Coloca o namoro de hoje como muito apressado, D. Ana Novais vai demarcando as estruturas de relacionamento da época, o que era ser “moça”, estar no ambiente urbano, conviver com os únicos meios de diversão da época e a maneira de relacionar-se que foi modificada com o tempo.

⁴⁴ *Idem, ibidem.*

⁴⁵ Ana Novais Tannus, 87 anos, aposentada, entrevista feita em sua casa no ano de 2007

A praça se faz na vida de D. Ana como marca da urbanidade, de uma vida na cidade, as estruturas de sentimento moldadas a partir das possibilidades geradas no momento vivido, a cidade lembrada forma aos poucos um entrelaçado de relações que constituíram o que a narradora mais presa, a início de sua vida familiar, e a importância do seu relacionamento afetivo. Seu olhar parte de uma perspectiva em que o passado carregava regras de conduta mais rígidas na moral da sociedade.

Os entrevistados demonstraram prazer em ceder suas narrativas e inclusive designavam novas pessoas para realizar novos encontros, é grande a satisfação por serem considerados pelos moradores da cidade como portadores da memória da cidade. Foi nessas idas e vindas que me encontrei com D. Laura Melo, viúva, aposentada, 97 anos, que mora no centro da cidade e com uma grande lucidez e cordialidade me cedeu alguns relatos de uma cidade com a qual tem uma grande identificação, sentada no sofá, primeiramente se redimi pelos anos já terem tirado grande parte de suas lembranças, após isso, quando indagada sobre a Praça XV de Novembro e seus viveres no local, seus olhos ganharam um brilho e se paralisaram, enquanto liberava aos poucos as palavras, que pareciam sair de um mundo longínquo:

Ali onde é a farmácia, no intervalo do Bradesco até na farmácia [...] era um prédio antigo que funcionava, era um Hotel de nome aqui, de lá é que saía ante da rodoviária [...] Eu ia ver minha mãe em Uberlândia era no Hotel Brasil que eu pegava ônibus Tinha uma jardineira que ia para Uberlândia, quando eu queria ir eu falava pro motorista ... Bento esperar um poquinho que eu ia vô hoje.... saía as sete da manhã e chegava lá de tardinha, passava Bom Jardim , Santa Maria... almoçava no caminho às vezes agente parava em Bom Jardim parava e dava banho nas crianças quando estava fazendo calor. (Laura Melo)⁴⁶

O Hotel Brasil do qual fala D. Laura era localizado na Praça XV de Novembro e funcionava como terminal rodoviário antes da construção do atual. Os viveres da narradora são construídos a partir do trajeto que tinha que fazer freqüentemente para a cidade de Uberlândia, na década de 30, sua cidade natal, para visitar seus familiares, a viagem era demorada, pois ainda não tinha estradas pavimentadas. Através do tempo presente D. Laura nos coloca em evidência o que era a cidade da época, estar na cidade, viver em um mundo completamente diferente. Utiliza-se da imagem antiga de uma cidade para

⁴⁶ Laura Melo, 97 anos, aposentada. Entrevista feita no ano de 2007.

evidenciar uma cidade transformada, o motorista do ônibus como ela representa era muito próximo, as dificuldades de locomoção tudo isso é utilizado para demonstrar as mudanças, a impermanência de uma cidade partindo da praça. Quando indagada sobre a imagem da Praça XV de Novembro em tempos de sua vinda para a cidade ela assim nos apresenta:

A praça XV de novembro tinha um coreto que era muito bonito... Coreto muito bonito... não tinha asfalto... eu lembro da Farmácia do Rocha da Casa Comercial onde hoje é a Caixa, onde é o Banco do BEMGE era a prefeitura [...] O cinema do Adelino Fernandes perto da minha casa, na rua Presidente Antônio Carlos, tenho boas lembrança, tinha que molha a tela pra pôde funcionar, nesse momento dava o intervalo, hoje lá é um depósito de bebidas[...] O convívio entre as pessoa era otro os visinho mesmo que tudo de casa, tudo amigo, também todo sábado tinha brincadeira em casa, cada sábado em uma casa, terminou uma no sábado já marcava na casa de outro, conversava brincava, dança, musica [...] Era mesmo que só uma família ⁴⁷

A aposentada traça o modo como era disposta a arquitetura nos arredores da Praça, por volta da década de 30. A Farmácia do Rocha, Casa Comercial, BEMGE, Prefeitura, Cinema. A moradora faz um mapa do que era a estética do espaço central da cidade lembrada. No primeiro cinema devia-se molhar a tela para que pudesse funcionar. Essas são as marcas de um outro tempo composto por diferentes modos de se relacionar e até mesmo de funcionamento dos aparatos técnicos.

Nessas lembranças, a cidade adquire uma atmosfera familiar, onde todos se reconhecem. A vizinhança, as brincadeiras que fazem D. Laura recordar com melancolia dos momentos prazerosos de sua vida, as brincadeiras da juventude.

Agora eu nunca fui assim, de clube, de nada, casei né?... eu ajudava o Carlos no cartório no que eu podia, ele foi tabelião. Nois veio para trabalhar, ele é daqui (Carlos), mas tinha mudado pra cá[...] ⁴⁸

As referências da Sra. Laura são demarcadas a partir do momento em que a moradora mudou-se da cidade de Uberlândia acompanhando seu marido, que veio para a cidade do Prata para abrir um estabelecimento comercial, no caso, um cartório. Em sua narrativa, ela deixa claro o que era ser uma mãe de família na época, as poucas possibilidades de diversão, e o marco constituinte de sua família na cidade do Prata.

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ Laura Melo, 97 anos, aposentada. Entrevista feita no ano de 2007.

Parece que é outro mundo, começando pelos vizinhos, hoje é um pra cá outro pra cá, antigamente tinha relacionamento, também não tinha televisão não tinha essas coisa, lá em Uberlândia nois sentava na Tenente Virmondes, onde morei toda vida, sentava vinha uma vinha outra, os mininos ia brincar os brinquedo era roda, era jeatrinho, ficava ali até refrescar o tempo, depois dava uma voltinha e cada um para suas casas. Aqui no Prata já tinha era o vai e vem na porta do cinema, passeando pra lá pra cá.⁴⁹

Há uma comparação entre o torrão natal da narradora e a sua vinda para a cidade do Prata, o discurso sobre a Praça XV de Novembro logo ganha corpo nas narrativas sobre as visões da cidade antiga, comparando o modo de viver da cidade narrada com a cidade natal, elucidando a diversão naquele momento tanto na cidade de Uberlândia como na cidade do Prata, deixando as marcas do que era uma cidade “outro mundo”. Assim como a Sra. Ana Tannus, D. Laura remete-se com saudosismo a um tempo em que a cidade era apenas uma família, onde todos se relacionavam, todos conheciam a todos.

Corroborando com as narrativas já citadas temos a Sra. Maria Aparecida, 74 anos, aposentada, com quem pude ter valorosa conversa, por já conhecê-la através da amizade que mantinha com seu filho. Pude então, estar em sua sala, e, com um ar de familiaridade fui recebido para uma conversa ainda não travada em outros tempos com a Sra. Aparecida, e quando perguntada sobre a juventude na Praça XV de Novembro, ela narrou:

Na minha época os caramanchões que eram muito bonito no meio da praça, todo florido, todos cobertos de primavera, eles eram de pedra, não sei quem construiu mas a praça era linda, tinha o Cine Prata que era o cinema, em cima eles passavam musica até na hora de passar a cessão, era o lugar onde o povo passava e divertia [...] inclusive na porta do cinema era o lugar que as moças fazia o vai e vem, sabe? as moças fazia o vai e vem, voltava, e ali, era o ponto chique da cidade [...] Eu recordo do Prata Clube, eu só dançava no Prata Clube, o Clube mais bonito que construíro, eu participava daqueles baile a inauguração foi uma tradição. Tinha o coreto lá onde o pessoal tocava as musica todo domingo a noite. Era muito animado porque veio muitas orquestra boa, que no Prata não voltou mais, orquestra Cassino de Sevilla, e por ai foi várias. Naquela época tinha muita rosa.⁵⁰

A moradora reconstrói a praça lembrada, com suas flores, e todas as pompas, o lugar onde se transitava e poderia até mesmo escutar músicas, o cinema, o vai e vem conhecido

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ Maria Aparecida Moreira, 73 anos. Entrevista feita na sua casa no ano de 2007.

como “*ful*”, os clubes, bailes, tudo brota como um turbilhão da memória da Sra. Maria Aparecida, que tem demarcados os tempos de sua juventudes por volta da década de 50, tempo que faz questão de lembrar-se dos mínimos detalhes, como a narradora relata:

Dei uma briga uma vez na porta do cinema, a moça me insultou, nois garrou de unha, nois rodou assim...⁵¹

A pratense recorda dos seus momentos de adolescência até mesmo em termos de brigas travadas por motivos de insultos, realmente viveu a praça, este espaço foi palco de inúmeros atos e ações que ficaram cravados em sua memória.

A cidade lembrada por D. Maria Aparecida é cheia de beleza, a praça repleta de árvores, marcando o apego desta senhora para com a natureza e a tristeza com a perda dos *flamboyants*. A praça enquanto marco também do preconceito que mesmo em meados do século XX ainda existia na cidade com a segregação entre negros e brancos. Um cenário de divisão social reinava na praça, nessa narrativa a moradora acaba apontando sua posição social já que ficava do lado dos brancos:

Desmancharam os caramanchão cortaram aquelas flamboyant que eram uma beleza, aquelas árvores inormes tudo florido, cortaram tudo [...] Na praça ali onde era o cinema era interessante que na porta do cinema, tinha Hotel Brasil de lado, as pessoas branca fazia ao vai e vem separado e os preto do lado de cá, ali onde tem aquele banco de frente eles não andavam junto com os branco não, era os branco de lá e os de cor de cá[...] nessa época eu tinha meu quinze anos.”⁵²

Nos viveres já apresentados, a praça é um lugar simbólico de convivência onde temos diversas pessoas que passam e relacionam-se, é o marco da identificação com a cidade. Na lembrança dos moradores a Praça é o lugar referencia da cidade, é lá que primeiro se pronuncia para fazer comparações com a cidade “modernizada”. A Praça guarda a noção de centralidade, o marco da cidade em que os narradores firmam o sentimento de pertencimento a este espaço social, ser cidadão.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem, *ibidem*.

A Praça tornou-se o símbolo de outras memória, o lugar de encontros, festejos, lembranças saudosas, eleita para a percepção de mudanças na cidade. A praça é o lugar onde a vida da cidade passou a melhor se expressar, ou melhor, a se mostrar com maior nitidez.

Além disso, este espaço agrega a memória de muitos enquanto trabalhadores, estudantes, jovens, país de família. Essas lembranças trazem à tona um tempo de mudanças, mas também de permanências, pois algumas coisas ainda ficaram. A Praça não tem uma única memória, é um lugar carregado de sentidos, de significados, cada sujeito tem uma memória diferente deste lugar, este espaço é traduzido a partir do modo em que os moradores constituem relações .

Essas mulheres apresentadas na reflexão, ex-professora, Dona de Casa, profissional liberal, etc... com viveres diferenciados, (o fato de serem mulheres, não aconteceu de maneira intencional nesta pesquisa), cada uma elabora suas noções de pertencimento através dos vínculos diferentes criados com os viveres no espaço da praça, a praça falada por elas está mais ligada a transitoriedade, diversão.

As trabalhadoras têm diferentes memórias do lugar, também estão em disputa da memória pelo lugar a partir do momento que trazem uma nova versão sobre os fatos ali ocorridos, versão esta baseada em suas relações na cidade . Existe um diferencial entre elas e os trabalhadores que tiram seu sustento na praça, elas passam, eles continuam, eles vivem do lugar, os projetos de cidade atingem a todos, todos estão inseridos na disputa pela memória do lugar , porém aqueles que permanecem tem seus interesses diretamente atingidos.

Trabalhar com memórias é abrir possibilidades para a construção de uma visão elaborada a partir das experiências sociais de vários narradores, é um olhar que também demanda criticidade, refletir assim demanda observarmos como os diferentes sujeitos enxergam as transformações históricas da cidade, ou seja, o modo de cada indivíduo de ver e elaborar conceitos sobre as transformações, assim também nos fala Yara Khoury:

Trabalhar nessa perspectiva intelectual política encontra na interlocução com pessoas também um potencial fecundo, por lidar mais diretamente com os modos como as pessoas elaboram a experiência social em sua consciência; demanda, no entanto, em contrapartida, explorar e compreender melhor os significados culturais e históricos, intelectuais e políticos das próprias narrativas e do trabalho de investigação histórica mediado por este diálogo; demanda refletir sobre a própria escrita da história e sobre a memória como prática política.⁵³

Temos que pensar a cultura popular e a cultura dominante como constitutivas de uma mesma cultura, porém, é preciso analisar os pontos de tensão, os momentos em que a cultura dominante tenta sufocar ou redimensionar a cultura popular, esses movimentos conflitantes que são de nosso interesse. São essas ações que tornam a cidade um espaço de lutas, onde há os embates pelos direitos ao passado; comungando dessa perspectiva nos diz Yara Khoury:

Toda essa movimentação se faz numa constante tensão. No dizer de Hall, há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual por parte da cultura dominante, cujo propósito é desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular, confinar suas definições e fórmulas dentro de uma gama mais completa de formas dominantes. Mas há também pontos de resistência, momentos de inibição. Esta é a dialética da luta na cultura pela cultura, em que há sempre posições estratégicas que se conquistam e se perdem.”⁵⁴

A memória dos moradores tem registrada a visão da sua cidade no passado, os diferentes projetos impostos pela classe dominante, os processos de reconfiguração da cidade, tudo isso permanece como lembrança. Há um descompasso entre a cidade daquela época e a cidade vista hoje como reflexo da onda “modernizante” da classe dominante que traz embutidas nas mudanças a ideia de progresso. Nesse universo de aparente tranquilidade existem as disputas, visto que existem diferentes significações para os acontecimentos, percebidos nos diálogos.

Temos o desafio de enfrentar a hegemonia na construção da reflexão histórica e para que isso ocorra de forma eficaz devemos dialogar com as diferentes experiências, buscando novas versões dos fatos. Nesse caminho também trafega Yara Aun Khoury:

⁵³ KHOURY, *Muitas Memórias, Outras Histórias*: Cultura e o sujeito na História. ANO? p. 118.

⁵⁴ Idem, p. 120.

Lidando com as problemáticas do trabalho e do trabalhador, das cidades e do viver urbano, refletindo sobre a cultura e a memória, vamos refazendo nossa noção de sujeito de sujeito histórico. Isso requer ter em mente a perspectiva de lidar com homens e mulheres não como indivíduos compartimentados, mas fazendo-se socialmente, compartilhando de experiências e memórias, moldando a realidade ao tempo em que são moldados por ela. Requer, também, repensar a noção de ação coletiva, não como a que se constituiu nesse mundo que hoje se desfaz diante de nós, mas aquela que se forja em meio a tendências em disputa, vontades e escolhas possíveis nas relações de poder vividas no social.⁵⁵

Sendo assim, essa abordagem nos leva a trabalhar com um grande número de fontes, ampliando nossas possibilidades de crítica, resgatando as diferentes tensões enfrentadas pelos sujeitos em suas práticas diárias, trazendo o exercício do direito à memória, e tentando definir os diferentes sujeitos da história da cidade.

Busca-se então pensar a noção de pertencimento de cada um com a cidade e suas disputas por terem direito a esse espaço, evidenciadas a partir da expressão de suas memórias.

⁵⁵ KHOURY, *O Historiador, as fontes orais e a escrita da história*, 2004, p. 27.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa intitulada **Os trabalhadores da Praça XV de Novembro nas disputas pela cidade**, foi construída no intuito de discutir o projeto de reforma da Praça XV de Novembro no Prata, não em seus aspectos estruturais, mas como palco para pensar as muitas memórias em disputa pela cidade. Constituiu-se também na busca por pensar o sentimento de pertença elaborado a partir dos viveres na cidade com a Praça.

Muitas concepções foram mudadas no decorrer do trabalho, ao relacionar com as fontes que me fizeram, através de seus viveres, olhar de uma outra forma sobre a cidade. Passei a enxergar a cidade como um lugar de diversidade e diferença e não de igualdade; os trabalhadores constituíam memórias diferentes sobre o lugar, assim suas versões entram em conflito com a memória proclamada pelo poder público.

Como educador e morador da cidade do Prata, através do processo de pesquisa percebi como o poder público tenta avançar procurando sacralizar uma memória hegemônica, que privilegie sua versão da história, e também a tensão das memórias dos trabalhadores por terem seus direitos reconhecidos. Pensando então, que não há uma memória “pura”, temos disputas para se estabelecer uma versão que prevaleça.

As narrativas desses trabalhadores trazem as maneiras como eles se relacionam com a cidade. Suas memórias servem para pensar as disputas travadas por pertencerem a este espaço urbano, concebendo o direito à memória como uma dimensão básica da cidadania. Pude notar, que os trabalhadores também possuem projetos próprios de vida, e reivindicam o reconhecimento desses.

Ficou patente, que os trabalhadores não estão na disputa por frearem a reestruturação da Praça XV de Novembro, os próprios a consideram necessária, porém, querem ter garantidos seus direitos de estarem no projeto, eles elaboram um sentimento de pertença com o lugar, e lutam por continuar existindo ali.

Outras questões se fizeram presentes na construção deste trabalho, mas não foi possível refletir sobre todas elas. Por ser um trabalho monográfico, houve a limitação do estudo, principalmente devido ao tempo envolvido e o recorte temático.

Encerro este trabalho tendo em mente que resultou de um longo esforço e enorme dedicação. Não tenho dúvidas de que foi um grande crescimento, não apenas intelectual, mas como pessoa, me permitindo a construção de um outro olhar sobre a cidade. Penso que esse trabalho não significa o fechar de um horizonte, mas a abertura de outros, em pretendo retomar a temática aguçando ainda mais o meu olhar.

Fontes orais

Ana Novais Tannus, 87 anos, viúva, aposentada, nascida na cidade do Prata. Entrevista realizada no dia 12/12/2007. A trabalhadora sempre esteve ligada aos afazeres domésticos. Na sua narrativa D. Ana traz a tona as lembranças de seu casamento, e as memórias que tem de seu marido ligada aos anos de juventude.

Clésio Vieira da Costa, 49 anos. Comerciante, trabalha durante o dia como moto-taxista na Praça XV de Novembro e a noite em uma lanchonete de sua propriedade, na Praça Getúlio Varga. Entrevista realizada no dia 19/09/2007, em sua casa, bairro Oliveira, Prata-MG.

Nascido na cidade do Prata; já foi trabalhador rural e a 23 anos vive dos frutos de seu trabalho na Praça. Passou a ser parte integrante da pesquisa a partir do momento em que foi indicado pelo filho Samuel e seus colegas de trabalho para falar sobre a reforma da Praça XV de Novembro.

Cássius Clay Andrade Oliveira, 42 anos. Engenheiro contratado pela Prefeitura Municipal de Prata . Trabalha desde o início da gestão do Prefeito Luiz Roberto Santos Vilela. Entrevista realizada no dia 03/10/2007 em sua sala na Prefeitura, Prata-MG. Filho de um comerciante local. Relatou suas experiências como engenheiro do projeto da reforma da Praça XV de Novembro.

Joana Nunes Ferreira, 87 anos, nascida na cidade do Prata. Entrevista realizada no dia 18/11/2008, em sua residência. Em seus relatos mostrou suas experiências como trabalhadora da cidade, costureira, professora e após seu casamento estabeleceu-se na zona rural. Hoje aposentada, viúva, a moradora exibe com gosto as boas recordações que tem da cidade do passado.

Laura Melo, 97 anos, viúva, nascida na cidade de Uberlândia. Entrevista realizada no dia 13/12/2007. A moradora mudou-se para a cidade do Prata após a transferência do seu esposo que era tabelião. Hoje é presidenta da Associação de São José (grupo ligado à Igreja

Católica). Em sua narrativa traz os viveres na cidade do Prata, a partir de uma família tradicional pratense.

Mauro Aparecido da Silva, 43 anos, nascido na cidade do Prata. Entrevista feita no dia 18/11/2008, na Praça enquanto realizava seus trabalhos de engraxate. Segundo seus relatos teve parte de sua infância no campo. Trabalha como engraxate, vendedor de planos de saúde, lavador de carros e outros tipos de serviço. Apelidado carinhosamente de Guri, tem uma relação muito forte com todos aqueles que freqüentam a praça, este lugar é utilizado por ele como ponto de trabalho desde sua adolescência.

Maria Aparecida Moreira, 73 anos, viúva, nascida na cidade do Prata. Entrevista realizada no dia 09/09/2007. A trabalhadora sempre esteve ligada aos trabalhos domésticos, e lembra-se com saudosismo dos anos de sua juventude na Praça XV de Novembro.

Vanda Aparecida Silva, 43 anos, nascida em Ituiutaba. Entrevista realizada no dia 15/10/2007 em seu estabelecimento comercial. Em seus relatos suas experiências como trabalhadora doméstica em sua cidade natal, instalada no Prata desde 1989. Hoje tornou-se juntamente com seu marido, Aloísio Sacerdote, 65 anos, comerciante, encarregados de vender pasteis, que são fritos em um cômodo minúsculo. Em seus relatos a moradora deixou clara a dificuldade que enfrentaria se seu estabelecimento fosse retirado, pois, não possui outros meios para criar seus netos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Antônio Augusto. A guerra dos lugares: Sobre fronteiras simbólicas e liminariedades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n. 23, Rio de Janeiro, p. 105-163, 1994. vol. I.

BORGES, Benedito Antônio Miranda Tiradentes. *Povoadores do Sertão do Rio da Prata*, 1 ed. vol. I, 1996. Uberaba-MG: Editora Vitória.

CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias, outras Histórias de uma cidade*. Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In: _____. *Muitas Histórias, Outras Memórias* Editora Olhos d'água, 2004, p. 156-172.

_____. Uma Praça, Numa Cidade: Patrimônio Histórico e Cidadania Cultural. In: _____. Laura Antunes Maciel; Paulo Roberto de Almeida; Yara Aun Koury. (Org.). *Outras Histórias: memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'água, 2006, vol. I, p.61-75.

FENELON, Déa Ribeiro, CRUZ, Heloiza Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: _____. *Muitas Histórias, Outras Memórias*. Editora Olhos d'água, 2004, p. 05-14.

_____. São Paulo: Patrimônio Histórico-Cultural e Referências Culturais. In: _____. *Projeto História*. n.18 Maio/99. p. 289 – 294.

_____. Trabalho, Cultura e história social: Perspectivas de Investigação. In: _____. *Projeto História*. (Programa de Estudos Pós-Graduados e Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). n. 10, dez./93. p. 21-37.

KHOURY, Yara Aun. *Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História*. In: _____. Dea Fenelon; Laura Antunes Maciel; Paulo Roberto de Almeida; Yaran Aun Koury. (Org.). *Muitas Memórias Outras histórias*. 1 ed. São Paulo: Olho d'água, 2006, v.I, p. 116-138.

_____. O Historiador, as fontes orais e a escrita da História. In: _____. *Muitas Histórias, Outras Memórias*. Editora Olhos d'água, 2004, p. 23- 43.

MONDENARD, Anne de. *A Emergência de um Novo Olhar Sobre a Cidade: As Fotografias urbanas de 1870 a 1918*. In: _____. *Projeto História* n 18 Maio/99. p. 107-165.

OLIVEIRA, Leda Maria Leal. *Memórias e Experiências: Desafios da Investigação Histórica*. In: _____. *Muitas Histórias, Outras Memórias*. Editora Olhos d'água, 2004. p. 263-281.

PAOLI, Maria C. Memória, História e cidadania: O direito ao passado. In: _____. *O direito à Memória e cidadania*. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 25-29.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. In: _____. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História PUC-SP. n.14. fevereiro/ 97. São Paulo. EDUC. p. 25-39.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. In: _____. *Tempo*. Revista do departamento de História da Universidade Federal Fluminense. UFF. vol. 1, n. 2. dezembro/96. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

_____. Formas e Significados na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade, In: _____. *Projeto História*, n 14 fev./97.

_____. “O Momento da Minha vida”: Funções do tempo na História Oral. In: _____. *Muitas Histórias, Outras Memórias*. Editora Olhos d’água, 2004. p. 297-313.

_____. Memória e Diálogo: Desafios da história oral para a ideologia do século XXI. p.67
70

SARLO, Beatriz. Contrastes na Cidade. In: _____. *Tempo Presente*. Editora: José Olimpio, 1 ed. 2005 p.47-90.

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FRANÇA. *Guia Para Normalização de trabalhos técnicos-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses*. EDUFU. 5ª. ed. ver. e ampl. – Uberlândia: UFU, 2006.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Algumas experiências no diálogo com memórias. In: _____. *Muitas Histórias, Outras Memórias*. Editora Olhos d’água, 2004. p.191-207.

SILVA, Marcos A. História. Patrimônios históricos In: _____. *O Prazer em Ensino e Pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 39-97.

SILVA, Regina. H. A; SOUZA, Cirlene C. A cidade e o aglomerado da Serra. In: _____. FRANÇA, Vera R.V. (Org.) *Múltiplas cidades: entre morros e asfaltos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 147-164.

VIERA, Maria A.; PEIXOTO; Maria. R.; KIIOURY, Yara A.; In: _____. *A pesquisa em História*. Série princípios, São Paulo, Ática, 1989. p. 1-78.